

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo quer arrecadar R\$ 29,2 bi 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por desoneração da folha, governo decide limitar desconto de PIS/Cofins 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo limita ressarcimento em créditos de PIS/Cofins 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo limita uso de PIS/Cofins para compensar folha 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Portugal restringe visto para quem vai trabalhar no país 10

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL/MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo limita uso do PIS/Cofins para custear corte na folha 11

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo propõe limitação no uso de créditos do PIS/Cofins 13

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empréstimo com uso do FGTS e parcelas menores 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas vão ter que declarar benefícios fiscais que recebem 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP limita sistema de crédito do PIS/Cofins para empresas 18

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consignado mais fácil para trabalhador do setor privado 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Prefeitos mobilizados por parcelamento de débitos 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Investimentos e consumo puxam o crescimento de 0,8% do PIB 21

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PIB cresce 0,8% no 1º trimestre de 2024 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

PEC de autonomia do BC impõe limite de gastos para autarquia 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo recua e retira imposto de herança sobre previdência privada..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investimento tem a maior alta desde 2021 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

União desiste de taxar plano de previdência como herança 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda recua e retira imposto sobre herança de previdência privada..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

ITBI incidirá na formalização do negócio, não no registro 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Calendário da regulamentação da reforma tributária é posto em dúvida 32

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda envia PL ao Congresso 33

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo projeto para regulamentar reforma 34

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: taxaço das blusinhas sai de pauta e gera impasse 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUI  ES E IMPOSTOS

Sem taxa das blusinhas, Lira ameaça projeto 38

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira cobra da Fazenda explica  es sobre MP do PIS/Cofins, que já enfrenta resistências na
Câmara 40

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: deputados avaliam incluir bets em Imposto Seletivo..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUI  ES E IMPOSTOS

"Entramos em uma nova era de juros altos" 43

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUI  ES E IMPOSTOS

PIB sobe 2,5% no trimestre e serviços se destacam 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB acima do esperado 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB tem alta de 0,8% no primeiro trimestre	49
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Dívida pública global vai a US\$ 97 tri, diz Unctad	50
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Alta do PIB reforça cautela do BC com juros, diz mercado	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Seremos um dia um país desenvolvido?	52
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Plano de saúde individual pode aumentar até 6,91%	53
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Planos de saúde individuais terão reajuste de até 6,91%	55
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Após 2 recuos, PIB per capita volta a ganhar força	57
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
ANS limita reajuste em 6,91% para plano individual	58
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar encosta em R\$ 5,30 em ambiente de aversão a risco	59
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA ECONOMIA	
Brasil volta a ser a 8º maior economia	61
DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO ECONOMIA	
Economia do País cresce 2,5% no primeiro trimestre, aponta IBGE	62

Governo quer arrecadar R\$ 29,2 bi

VICTOR CORREIA

O Ministério da Fazenda apresentou, ontem, a proposta para compensar a renúncia fiscal com a desoneração da folha de salários de 17 setores da economia e de municípios com até 156,2 mil habitantes. A expectativa do governo é de arrecadar até R\$ 29,2 bilhões em 2024, caso o plano seja aprovado sem mudanças pelo Congresso Nacional.

O valor será formado pelas seguintes regras: o não ressarcimento do crédito presumido PIS/Cofins (R\$ 11,7 bilhões); e a limitação na compensação dos créditos PIS/Cofins em geral (até R\$ 17,5 bilhões).

A desoneração, por sua vez, custará R\$ 26,3 bilhões no mesmo período.

A Medida Provisória foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, e o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, negaram que haverá aumento da carga tributária.

Os técnicos destacaram que a proposta decreta o fim de brechas usadas por empresas para pagar menos **impostos**, ou mesmo receber uma espécie de subvenção.

"Pequenas e médias empresas não são afetadas por essa medida.

Empresas que estão com dificuldades por dívida tributária também vão ser pouco afetadas.

A gente tem tomado bastante cautela e adotado medidas que têm um efeito mais geral, mais disseminado, em relação a outros setores", Dario Durigan.

As alterações valem apenas para empresas que estão no sistema não cumulativo do PIS/Cofins.

O plano prevê duas mudanças: será proibido usar os créditos para pagar outros **impostos**, como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou as contribuições previdenciárias recolhidas do trabalhador na folha. A prática é chamada de "compensação cruzada".

Também será proibido o ressarcimento para os créditos presumidos do PIS/Cofins - para os créditos gerais, ainda vale.

Segundo Robinson Barreirinhas, a medida corrige uma distorção tributária que já estava no radar da Receita, e que seria eventualmente abordada. O secretário apontou que o sistema não cumulativo do PIS/Cofins foi alterado ao longo dos anos para permitir, na prática, um benefício fiscal, embora a intenção original fosse corrigir o acúmulo de taxas em grandes cadeias produtivas.

A MP possui outras duas medidas econômicas, além da compensação: a obrigação para que empresas cadastrem seus benefícios fiscais em um sistema eletrônico do governo; e a possibilidade que os municípios realizem os julgamentos do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) que, atualmente, fica a cargo do governo federal.

Articulação O texto terá que ser aprovado pelo Congresso. A expectativa do governo é que haja resistência e mesmo judicialização por parte das empresas afetadas. A Fazenda argumenta, porém, que a compensação é um requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para permitir a desoneração da folha.

O benefício foi mantido para os 17 setores abarcados e para as prefeituras neste ano, e será extinto de forma gradual. O modelo foi acordado com empresas e parlamentares.

Ainda resta finalizar a proposta, que deve ser apresentada ainda nesta semana, de autoria do senador Efraim Filho (União-PB) e relatoria de Jaques Wagner (PT-BA).

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Por desoneração da folha, governo decide limitar desconto de PIS/Cofins

DANIEL WETERMAN MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA / COLABORARAM AMANDA PUPO, GIORDANNA NEVES E IANDER PORCELLA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória (MP) para compensar a desoneração da folha salarial de 17 setores da economia e de municípios até 2027. A medida, anunciada ontem pelo Ministério da Fazenda, limita os benefícios que empresas têm com descontos no pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

De acordo com a Fazenda, o impacto da desoneração da folha neste ano é estimado em R\$ 26,3 bilhões, sendo R\$ 15,8 bilhões para empresas e R\$ 10,5 bilhões para municípios. As medidas de compensação, instituídas pela medida provisória, podem arrecadar até R\$ 29,2 bilhões para cobrir essa perda de arrecadação, informou a pasta.

Atualmente, as empresas conseguem acumular créditos usando instrumentos que, na prática, fazem com que paguem menos **tributos**, como isenções, imunidade, alíquotas reduzidas e créditos presumidos.

O governo quer limitar o uso dessas compensações, que neste ano, até março, somaram R\$ 53,8 bilhões em estoque para restituição.

A cobrança de PIS/Cofins representa 25% do total de compensações para o não pagamento de **tributos**, totalizando R\$ 62,48 bilhões em 2023.

Pela proposta do governo, as empresas só poderão usar créditos tributários de PIS/Cofins para abater o pagamento do próprio tributo, e não de outros, evitando a chamada "compensação cruzada".

Além disso, amplia as proibições ao ressarcimento em dinheiro do crédito presumido de PIS/Cofins, que reduz o pagamento dos **tributos** para fomentar a atividade econômica. De acordo com o Ministério da Fazenda, as empresas continuam a ter o direito de abater a cobrança de PIS/Cofins com créditos, de acordo com a sistemática geral, mas não poderão pedir o ressarcimento em dinheiro, como estava sendo feito.

A medida compensatória pode resultar em aumento das despesas com o pagamento de **tributos** para empresas de setores atendidos pela desoneração da folha de pagamentos e outras companhias. Na prática, o governo aceitou dar o benefício da desoneração de forma temporária; mas, por outro lado, vai limitar o uso de créditos tributários do PIS/Cofins pelas companhias por todos os setores.

JUSTIÇA. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo tem o objetivo de atender à exigência do Supremo Tribunal Federal apresentando uma medida que busca o equilíbrio fiscal como contrapartida da desoneração. "Não é papel do governo tirar com uma mão e dar com a outra.

Não necessariamente serão as mesmas empresas, mas podem ser as mesmas empresas", disse. "São medidas diferentes, de escopo e âmbito diferentes, e podem afetar as mesmas empresas. É uma medida mais geral, e não específica." No início do ano, a estimativa de impacto da desoneração em 2024 era de R\$ 20,46 bilhões.

De acordo com o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, o aumento para R\$ 26,3 bilhões se deu pela revisão do impacto específico da desoneração das empresas, de R\$ 9,96 bilhões para R\$ 15,8 bilhões.

Segundo ele, a compensação é maior para abrir uma margem de segurança na arrecadação.

"É importante ter uma margem de segurança para que cumpramos a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que garanta o equilíbrio fiscal nesse exercício." "Essas medidas têm impacto imediato agora e tendem a ser equilibradas, seja porque as empresas passem a fazer ressarcimentos à Receita, seja porque vai ter um novo modelo de **reforma tributária** lá na frente.

É uma medida que casa muito bem em termos de compensação", disse Durigan.

Barreirinhas afirmou que, com a medida, o governo está ampliando a base de cálculo da tributação do PIS/Cofins, o que atende à exigência legal de que a desoneração seja compensada com aumento da

receita. "O governo tem de fazer opções, alguém tem de pagar a conta", disse Barreirinhas.

REJEIÇÃO. O governo, porém, terá trabalho para que a MP prospere. Ainda ontem, a proposta foi criticada pela bancada do agronegócio. Segundo o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (Progressistas-PR), a medida gerou uma "preocupação gigantesca" no segmento. Para ele, a proposta explicita uma "sanha arrecadatória" do governo.

"É uma medida mais geral" Dario Durigan Ministério da Fazenda

"Alguém tem de pagar a conta" Robinson Barreirinhas
Receita Federal

Para entender !

Como funciona a desoneração

I Quando A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores que mais empregam no País

I Como funciona A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta da companhia. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas. No caso dos municípios, o benefício reduz a tributação de 20% para 8%

I Legislativo Por decisão do Congresso, em votações expressivas no ano passado, a iniciativa foi prorrogada até 2027, mas acabou suspensa por uma decisão liminar do STF em ação movida pelo governo federal. A alegação foi de que o Legislativo não previu uma fonte de receitas para bancar o programa e não estimou o impacto do benefício nas contas públicas

I Argumento O Legislativo, porém, argumenta que medidas foram aprovadas para aumentar as receitas da União e que a estimativa de impacto estava descrita na proposta aprovada

I Negociação Em abril, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, em entrevista ao Estadão, um acordo para manter a desoneração neste ano e negociar uma cobrança gradual a partir de 2025

I Desempenho Segundo o Desonera Brasil, grupo que representa 17 setores da economia alcançados pela política de desoneração da folha, os segmentos empregam atualmente 9,3 milhões de trabalhadores e criaram 151 mil vagas só nos dois primeiros meses

deste ano

I Salários O movimento menciona ainda que o salário médio nesses setores é 12,7% maior do que nos setores que não são desonerados, dados que comprovariam os benefícios da medida

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo limita ressarcimento em créditos de PIS/Cofins

ELIANE OLIVEIRA

O governo divulgou, ontem, uma medida provisória (MP) que restringe o ressarcimento em créditos de PIS/Cofins, que hoje podem ser usados por empresas para abater o pagamento de outros **impostos**, e prevê um ganho de receita de R\$ 29,2 bilhões em 2024.

Hoje, créditos de PIS/Cofins podem ser usados para reduzir débitos relativos a uma série de **tributos**, inclusive previdenciários. A MP restringe essas possibilidades, limitando o crédito ao próprio PIS/Cofins.

A medida foi apresentada pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e pelo secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

- Crédito de PIS/Cofins em geral vai poder ser usado para compensação de débitos do PIS/Cofins do próprio contribuinte e haverá vedação da compensação cruzada, impedindo distorções. No caso do crédito presumido, há limitação dos casos em que pode haver ressarcimento da **Receita Federal** - afirmou Durigan. - Não há aumento de tributo ou alíquota.

O objetivo da medida, segundo o governo, é compensar a desoneração da folha de empresas e de municípios.

A desoneração da folha de 17 setores econômicos intensivos em mão de obra se trata de uma mudança na base de cobrança do imposto. Substitui a alíquota de 20% sobre a folha por uma alíquota que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento. Portanto, as empresas continuam pagando tributo para a Previdência, mas sobre uma base diferente.

Para os municípios, a desoneração vale para cidades de até 156 mil habitantes, com redução do imposto previdenciário de 20% para 8%.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a saída encontrada evitou a criação ou a majoração de **tributos** e não prejudica o setor produtivo em geral. A MP, destaca a Fazenda, corrige distorções no sistema tributário brasileiro e prevê a não cumulatividade do PIS/Cofins porque, atualmente, a arrecadação é

próxima de nula ou até "negativa" em alguns setores.

No caso de créditos de PIS/Cofins em geral, o ressarcimento ocorrerá apenas sem compensação com outros **tributos** ou "cruzada", exceto com débitos relativos a **esses dois tributos**.

Já no crédito presumido, a Receita destaca que as leis mais recentes já vedam o ressarcimento em dinheiro, impedindo a "tributação negativa" ou "subvenção financeira" para setores contemplados. Não se altera a possibilidade de compensação na sistemática da não cumulatividade, ou seja, o direito permanece, desde que haja tributo a ser pago pelo contribuinte.

Já há um acordo fechado entre Executivo e Congresso para manter a desoneração em 2024 das empresas e iniciar uma reoneração gradual de 2025 a 2027. Os municípios também negociam a manutenção da desoneração neste ano, mas ainda não fecharam como se dará a volta do sistema anterior.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo limita uso de PIS/Cofins para compensar folha

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Rafael Walendorff

O Ministério da Fazenda limitou o uso de crédito do PIS e da Cofins e vedou o ressarcimento em dinheiro por meio do uso de crédito presumido para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios. A medida provisória, publicada nesta terça-feira, 4, pode gerar receita de R\$ 29,2 bilhões ainda em 2024 para compensar a renúncia fiscal da desoneração.

A equipe econômica alega que as medidas não devem afetar o setor produtivo e pequenas empresas, mas houve reações dos setores e de especialistas. A MP atinge, principalmente, setor farmacêutico e agronegócio, já que as empresas dessas áreas fazem uso intensivo dos créditos de PIS e Cofins.

A MP tem dois eixos principais: o primeiro estabelece que será possível utilizar o crédito de PIS e Cofins apenas para abater essas próprias contribuições, e não outros **impostos**. De acordo com a Fazenda, essa é uma sistemática da não cumulatividade, sem compensação com outros **tributos** ou "cruzada". Essa medida, segundo a pasta, pode gerar arrecadação de R\$ 17,5 bilhões em 2024.

Em 2023, conforme a **Receita Federal**, quase metade das compensações de débitos previdenciários ocorreu por meio de uso de créditos de PIS/Cofins, que agora está sendo acatado pela pasta.

O segundo eixo da MP é a vedação do ressarcimento em dinheiro do uso de crédito presumido de PIS e Cofins, espécie de benefício para fomentar algumas atividades, que pode gerar arrecadação de R\$ 11,7 bilhões ainda este ano.

A Fazenda explicou que as leis mais recentes já vedam o ressarcimento em dinheiro, impedindo a "tributação negativa" ou "subvenção financeira" para alguns setores, mas a MP estende essa vedação para oito casos que permaneceram e que representaram R\$ 20 bilhões pleiteados em 2023.

Ainda assim, não há mudanças na possibilidade de compensação na sistemática da não cumulatividade, ou seja, o direito permanece, desde que haja tributo a

ser pago pelo contribuinte.

Durante entrevista coletiva, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, defendeu que essas medidas não vão afetar nem pequenas empresas nem as enquadradas no Simples Nacional, e trata-se somente de mais correções de distorções tributárias, em linha com medidas anteriores.

Além disso, segundo o secretário, empresas com dívidas tributárias também serão pouco afetadas com essas limitações, já que o uso do crédito poderá aliviar essas dívidas com a União. "Temos tomado bastante cautela", alegou o secretário, ao repetir que a medida visa combater uma distorção tributária. O ministro Fernando Haddad está em Roma, na Itália, e não participou do anúncio.

Apesar de a necessidade ser a obtenção de uma receita de R\$ 26,3 bilhões, as medidas podem gerar até R\$ 29,2 bilhões em 2024, segundo a Fazenda. De acordo com o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, essa "gordura" é necessário já que há imprevisibilidade sobre o potencial arrecadatário da medida.

Poucas horas depois da apresentação do texto, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR), criticou a medida aos jornalistas. Segundo ele, a MP gera "preocupação gigantesca" ao setor e demonstra uma "sanha arrecadatária" do governo Lula.

Na avaliação do advogado tributarista Breno Vasconcelos, apesar de o governo alegar que, com a MP, não há prejuízo aos contribuintes menores e ao setor produtivo, "ela trará um relevante impacto financeiro às empresas". "Crédito de PIS/Cofins não é benefício ou favor fiscal. É direito do contribuinte", criticou.

"Os créditos de PIS/Cofins não poderão mais ser usados para compensar outros **tributos** federais, sendo necessário solicitar ressarcimento. A regra causará problemas de fluxo de caixa, pois a empresa terá que desembolsar dinheiro e depois pedir ressarcimento dos valores de PIS/Cofins. Isso gera uma situação injusta e ir-razoável, em que o contribuinte tem crédito contra o mesmo ente, a União, mas terá que dispor do seu caixa novamente para

pagar outro débito", explicou.

As medidas, segundo a Fazenda, foram tomadas para atender a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucional a prorrogação da desoneração da folha sem medidas de compensação.

O modelo de desoneração foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Nele, esses segmentos podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquota que varia de 1% a 4,5% incidente sobre a receita bruta. Os setores atingidos pelo programa empregam cerca de 9 milhões de pessoas.

Haddad e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegaram a um acordo que prevê a manutenção da desoneração neste ano e o aumento progressivo da cobrança a partir de 2025. Nesse caso, a alíquota dos setores contemplados passaria a ser de: 5% sobre a folha de salários em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027; e 20% (valor cobrado hoje das demais empresas que não são beneficiadas pela desoneração) em 2028.

Potencial arrecadatário da medida é imprevisível
Robinson Barreirinhas

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1§ion=1)**

Portugal restringe visto para quem vai trabalhar no país

O governo de Portugal anunciou nesta segunda-feira mudanças na legislação sobre estrangeiros que querem morar no país a trabalho. As alterações têm o objetivo de dificultar a permanência legal de estrangeiros e atingem também os brasileiros, embora haja promessa de que nascidos nos nove países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) terão preferência na obtenção de vistos.

As regras para os demais tipos de vistos, para estudantes ou aposentados, por exemplo, continuam as mesmas.

A restrição na concessão de vistos de trabalho já era esperada e foi debatida durante a campanha eleitoral legislativa que resultou na eleição de Luís Montenegro para primeiro-ministro de Portugal, em março. Ele é líder de uma coalizão de centro-direita que começou a governar o país europeu há dois meses, após nove anos de governo de esquerda.

Restrições à entrada de estrangeiros são uma bandeira frequente da direita, e no caso de Portugal existe um problema concreto: o aumento significativo de estrangeiros que moram no país, mas não têm emprego e chegam até a viver em situação de vulnerabilidade, dependendo de auxílio do governo. Esse público foi atraído por uma regra instituída em 2017 e revogada nesta segunda-feira: o estrangeiro que estava em Portugal ilegalmente podia legalizar sua permanência bastando manifestar seu interesse em ficar no país e a disposição de procurar trabalho.

Outra regra, instituída em 2019 e também revogada agora, criou mais uma possibilidade de regularização: o estrangeiro ilegal que contribuisse por um ano com a **Previdência Social** poderia solicitar a permanência em Portugal, independentemente de outros fatores.

"Com estas alterações (de 2017 e 2019) admitiu-se, de forma clara, a possibilidade de qualquer cidadão estrangeiro permanecer em território nacional, ainda que tenha entrado de forma irregular no país", afirma a justificativa do decreto-lei proposto pelo governo e aprovado nesta segunda-feira pelo Conselho de Ministros.

"O impacto destas alterações fez-se sentir de imediato, uma vez que se verificou um crescimento exponencial dos pedidos de legalização por esta via que,

infelizmente, são em larga medida um instrumento utilizado por redes de criminalidade ligadas ao tráfico de seres humanos e ao auxílio à imigração ilegal", segue o texto.

"Hoje é evidente que estas alterações contribuíram para um perverso efeito de chamada, dado que abriram caminho para determinados circuitos migratórios com promessas de entrada e regularização num Estado-Membro da União Europeia de migrantes em situação irregular, propiciando, muitas vezes, condições de vulnerabilidade." Essas duas regras geraram um aumento significativo dos pedidos de visto: hoje, segundo o governo português, existem 400 mil processos de legalização aguardando análise.

Agora, estrangeiros que queiram morar em Portugal a trabalho devem primeiro pedir visto de trabalho ao consulado de Portugal em seu país de origem. Só depois de obter o visto é que eles poderão entrar legalmente em terras lusitanas.

Essa regra vale para os brasileiros também. Para quem já está em Portugal e tem visto, nada muda. As regras também não se alteram para quem está no país europeu e já deu entrada no pedido.

Neste caso, o pior que pode acontecer é o pedido ser recusado e a pessoa ter que deixar o país.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Governo limita uso do PIS/Cofins para custear corte na folha

O Ministério da Fazenda apresentou, nessa terça-feira, 4, as medidas para compensar a perda de receitas com o acordo que manteve a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios este ano. O governo propõe restringir o uso de créditos tributários do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**) para abatimento de outros **impostos** do contribuinte e coloca fim no ressarcimento em dinheiro do crédito presumido.

Com isso, a equipe econômica prevê um aumento de arrecadação de R\$ 29,2 bilhões este ano para os cofres da União.

A continuidade da política de desoneração custará R\$ 26,3 bilhões ao governo em 2024, sendo R\$ 15,8 bilhões em relação às empresas e R\$ 10,5 bilhões em relação aos municípios. A compensação será enviada para aprovação do Congresso Nacional via medida provisória (MP), que foi assinada hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

De acordo com o ministro da Fazenda em exercício, Dario Durigan, além de aumentar a arrecadação, a medida visa corrigir distorções do sistema tributário, que também afetam a arrecadação de estados e municípios. Ao usar o crédito de PIS/Cofins, que é um tributo que ficaria apenas com a União, para pagar imposto de renda, por exemplo, há prejuízos a esses entes, pois parte do imposto de renda é distribuído para a federação.

"Estamos falando, mais uma vez, de um tema de justiça, uma distorção do nosso sistema tributário, que, cedo ou tarde, precisaria ser enfrentado por essa equipe", disse, ressaltando que o objetivo é também incentivar o aumento da atividade dos setores produtivos.

"Com aumento da atividade e decorrente aumento do débito de PIS/Cofins, o empresário, então, consegue fruir, desaguar os créditos com aumento da sua atividade, usufruindo os benefícios do PIS/Cofins", destacou.

Além disso, segundo Durigan, a proposta não envolve a criação ou o aumento de **tributos** e não trará

prejuízo a contribuintes menores e ao setor produtivo. Pequenas e médias empresas e empresas que estão no regime do Simples Nacional não serão afetadas, da mesma forma que empresas que estão em dificuldades financeiras e que poderão usar os créditos pagando dívidas.

Não-cumulatividade

Segundo o Ministério da Fazenda, a MP ataca a distorção que envolve a sistemática de não-cumulatividade do PIS/Cofins. Ela é aplicada para limitar a incidência tributária em cadeias longas de produção e circulação, fazendo com que o imposto incida apenas sobre o valor adicionado a cada etapa. Nesses casos, cada contribuinte, ao recolher o tributo, abate o valor incidente nas operações anteriores. A operação gera um crédito tributário para a empresa, permitindo ao contribuinte compensar o tributo que já pagou em outros **impostos** ou ainda solicitar o ressarcimento em dinheiro.

Com isso, na média, a alíquota nominal de 9,25% deveria cair para uma alíquota cumulativa modal de 3,65%, mas acaba chegando a uma alíquota real, usualmente, abaixo de 1%. "Atualmente, a arrecadação é próxima de nula ou até 'negativa' em alguns setores [com a geração de créditos tributários]", explicou a pasta.

De acordo com a equipe econômica, o princípio da não-cumulatividade, que deveria ser neutro, foi distorcido ao longo dos anos e acabou gerando subvenções às empresas. Assim, outros setores, não contemplados, carregam o ônus da tributação.

No ano passado, segundo a **Receita Federal**, R\$ 62,4 bilhões em crédito de PIS/Cofins foram utilizados para pagamento de outros **tributos**, ou seja, 25% das compensações de 2023 foram feitas por meio desses créditos. Olhando apenas para as compensações de débitos previdenciários, quase metade (R\$ 31,2 bilhões) foram com créditos de PIS/Co-fins; e as compensações de imposto de renda chegaram a R\$ 9,6 bilhões com esses créditos (24% do total).

Limitação dos créditos

Para reduzir essa distorção, a MP assinada por Lula mantém a sistemática da não-cumulatividade do

PIS/Cofins em sua concepção original, ou seja, permitindo a compensação apenas no próprio PIS/Cofins e não com outros **tributos** ou de forma cruzada. Também mantém-se a possibilidade de ressarcimento em dinheiro, mediante análise, para os créditos de PIS/Cofins em geral. Já para o crédito presumido do PIS/Cofins, haverá a vedação do ressarcimento em dinheiro. Segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, ele é um crédito imputado de maneira fictícia pela legislação, quando a empresa informa o imposto baseado no lucro presumido e este acaba não se realizando.

"É tributo que nunca foi pago por ninguém, é como se fosse uma subvenção criada legalmente e que se materializa pela entrega de dinheiro para determinadas empresas", explicou Barreirinhas.

Em 2017, foram pagos em torno de R\$ 3 bilhões em crédito presumido, chegando a R\$ 22 bilhões em 2022. Ano passado, foram pedidos R\$ 20 bilhões de ressarcimento desse crédito.

Governo propõe limitação no uso de créditos do PIS/Cofins

#9632; RENATO ALVES (Com Idiana Tomazelli/Folhapress)

O governo federal apresentou ontem uma nova medida provisória para compensar a manutenção da desoneração da folha salarial de 17 setores da economia que mais geram empregos e de prefeituras até 2027. A continuidade do benefício custará R\$ 26,3 bilhões em 2024, sendo R\$ 15,8 bilhões em relação às empresas e R\$ 10,5 bilhões por meio dos municípios.

O principal instrumento da União para recompor as receitas será a limitação do uso de créditos tributários do PIS/Cofins pelas empresas, permitindo seu aproveitamento apenas para abater o próprio imposto.

As ações de compensação estão na chamada "Medida Provisória do Equilíbrio Fiscal". Elas trazem "instrumentos para combater a desarmonia sobre as contas públicas e seguem a política de reduzir distorções que afetam Estados e municípios, promovendo a justiça tributária", segundo o Ministério da Fazenda. Já para 2024, a MP deve gerar um crédito de R\$ 29,2 bilhões, por meio de créditos do PIS/Cofins.

"O Ministério da Fazenda aponta que as normas de compensação anunciadas nessa terça-feira representam fator necessário diante da vigência da desoneração da folha, mas alerta que a proposta não envolve a criação ou a majoração de **tributos** e está em equilíbrio com o Orçamento federal. Também não resultará em prejuízo a contribuintes menores e ao setor produtivo", ressaltou a pasta em nota.

O pacote de medidas de compensação para a renúncia fiscal foi apresentado na manhã de ontem pelo ministro em exercício da Fazenda, Dario Durigan, e pelo secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. O titular da Fazenda, Fernando Haddad, está em Roma.

Hoje, os créditos do PIS/Cofins, uma espécie de benefício fiscal concedido com a intenção de fomentar algumas atividades econômicas e mitigar o efeito cumulativo dos **impostos**, podem ser usados para abater o saldo devedor de outros **tributos** - inclusive contribuições à Previdência.

Esse crédito é usado, sobretudo, pelas empresas da

agroindústria na compra de insumos de pessoas físicas. Os setores de combustíveis e transportes também podem ser atingidos.

impacto. Com as receitas obtidas até o fim de 2024, o governo espera conseguir repor toda a perda com a desoneração neste ano. Em 2025, com o impacto cheio, durante os 12 meses, o incremento na arrecadação pode beirar os R\$ 50 bilhões, segundo estimativas do governo.

Os valores ainda dependerão da confirmação da medida pelo Congresso, que pode propor modificações e até desidratá-la.

A restrição do uso dos créditos também tem a vantagem de não precisar respeitar a chamada "noventena", prazo de 90 dias entre a edição de medida que eleva um imposto e a efetivação da cobrança aos contribuintes. Ou seja, os impactos sobre a arrecadação tendem a ser imediatos.

Além disso, PIS e Cofins são contribuições sociais, cujo produto da arrecadação não é dividido com Estados e municípios. Isso significa que a União vai absorver todo o ganho esperado com a medida.

Liminar Maioria. O STF formou ontem maioria para confirmar a decisão do ministro Cristiano Zanin que suspendeu por 60 dias a liminar que havia derrubado a desoneração da folha de salários de 17 setores da economia e dos municípios.

Senado Pacheco ainda avaliará proposta

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que ainda não conversou com parlamentares sobre a proposta do Ministério da Fazenda em relação à compensação tributária para a desoneração da folha de pagamentos. Em entrevista ontem, Pacheco disse que ainda pretende examinar a sugestão do governo em relação à medida.

"Eu prefiro examinar mais detidamente essa sugestão do governo (de compensação tributária). Nós precisamos nos dedicar, em 60 dias, a materializar um acordo", afirmou o presidente do Senado. "Eu não avaliei ainda, não conversei com nenhum senador sobre essa proposta de compensação para a desoneração", completou.

Pacheco reiterou que ainda não há acordo sobre a reoneração dos municípios. Está firmada apenas a manutenção da alíquota de 8% para 2024. Segundo ele, a questão dos municípios deve ser decidida até antes do recesso parlamentar. Uma PEC em tramitação no Congresso prevê a manutenção da desoneração neste ano e a reoneração gradual até 2028, nos moldes do que foi acordado para as empresas.

Em relação aos 17 setores da economia que mais geram empregos no país, segundo Pacheco, o acordo de reoneração gradativa já está definido.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), deve protocolar ainda nesta semana o relatório do projeto de lei que trata da desoneração. Ele é o relator da proposta que incorporou o acordo feito entre o Executivo e o Congresso para manter neste ano os benefícios. Pelo entendimento, é preciso haver medidas para compensar a perda de receitas, como as apresentadas ontem pelo Ministério da Fazenda.

Entenda

O QUE DIZ AMP

Créditos de PIS/Cofins em geral:

Serão compensáveis apenas na sistemática da não cumulatividade sem compensação com outros **tributos** ou "cruzada", exceto com débitos do próprio PIS/Cofins.

Mantém a possibilidade de ressarcimento em dinheiro, mediante prévia análise do direito creditório.

Crédito presumido de PIS/Cofins:

As leis mais recentes já vedam o ressarcimento em dinheiro, impedindo a "tributação negativa" ou "subvenção financeira" para setores contemplados.

Mantém-se a possibilidade de compensação na sistemática da não cumulatividade, ou seja, o direito permanece, desde que haja tributo a ser pago pelo contribuinte.

O QUE É DESONERAÇÃO

A desoneração da folha de pagamento para os 17 setores começou em 2011, de forma temporária, mas foi adiada sucessivas vezes.

Com a previsão de encerramento do último prazo para o final do ano passado, o Congresso Nacional aprovou um novo adiamento até 2027.

A medida foi vetada por Lula, mas um acordo definiu que a desoneração será mantida em 2024 e haverá reoneração gradual até 2028.

A medida permite que uma empresa substitua o recolhimento de 20% de imposto sobre sua folha de salários por alíquotas de 1% até 4,5% sobre a receita bruta.

Também permite a redução, de 20% para 8%, da alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha dos municípios com população de até 142,6 mil habitantes.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Empréstimo com uso do FGTS e parcelas menores

Rodrigo Péret

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) aprovou ontem uma resolução que vai permitir aos empregados do setor privado tomarem crédito consignado via carteira de trabalho digital, que pode ser acessada pelo celular.

Mais 896.535 que atuam na iniciativa privada no Estado vão poder usar essa modalidade de empréstimo, com pagamento descontado diretamente na folha de pagamento e, por isso, com uma taxa de juros mais baixa.

"O consignado tem a característica de ter uma taxa menor que um empréstimo normal, porque desconta direto no vencimento do trabalhador, como já ocorre com o desconto do **INSS**, por exemplo", detalha o economista Jorge D'Ambrósio.

A porcentagem máxima do vencimento que poderá ser usada para obter o empréstimo não foi divulgada oficialmente, mas a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) prevê que empréstimos com desconto na folha devem-se limitar a até 30% dos vencimentos.

Para usar a carteira de trabalho digital, será utilizada a plataforma **FGTS** Digital, que vai dispensar a realização de convênios entre empregadores e instituições financeiras.

Atualmente, os trabalhadores só podem realizar empréstimos com desconto em folha em bancos conveniados às empresas, o que dificulta o acesso a taxas de juros mais baixas. A medida já havia sido anunciada pelo Ministério do Trabalho e entrará em vigor assim que a resolução do Conselho Curador for publicada no Diário Oficial da União.

As etapas da operação de crédito serão realizadas via e-Social, gerido pela **Receita Federal**, utilizado pelas empresas para fazer o recolhimento de encargos trabalhistas.

A vantagem é que o trabalhador poderá escolher o banco que oferecer melhores condições entre 80 instituições que liberam o consignado aos aposentados do **INSS**. "A empresa terá de dar o aval, o que poderá evitar fraudes e golpes. Esse desconto tem de ser avisado pelo funcionário, o que dará maior

segurança à modalidade", explica o economista Fabrício Azevedo.

Atualmente, o trabalhador só pode contratar a operação com o banco no qual a empresa tem convênio pré-acordado. Com o novo sistema, será possível contratar o consignado diretamente, sem que a empresa no qual o funcionário trabalhe tenha um convênio firmado com o banco.

OS NÚMEROS 30% do salário deve ser limite da parcela

"Com aposentados, já foi desastre", diz empresário

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado (Consur/Findes), Fernando Otávio Campos, criticou a modalidade de empréstimo consignado para trabalhadores da iniciativa privada.

Segundo Campos, a solução encontrada pelo governo terá impacto econômico pontual e não sustentável. "No momento da contratação, vai girar mais dinheiro na economia. Mas nos meses seguintes o volume ficará muito menor com os descontos", disse.

Ele diz que o clima entre o empresariado é de "preocupação", porque pode ocorrer casos de funcionários terem descontos por faltas em determinados meses e, com o empréstimo tomado, ficarem sem salário para aquele mês.

"O funcionário pode ficar sem comer direito, estressado... Isso pode resultar em acidentes ou doenças ocupacionais, em que as empresas serão responsabilizadas".

Ele também compara a situação com a realidade do empréstimo consignado para aposentados, via desconto dos benefícios do **INSS**, em que casos de golpes e fraudes são comuns. "A experiência do consignado já se mostrou um desastre com os aposentados. Acesso a crédito tem de ser acompanhado por educação financeira para o trabalhador", alerta

Vinculado ao fim do saque- aniversário, diz ministro

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho,

indicou manter o desejo de extinguir a modalidade do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

Ele afirmou que vai insistir em mudança da regra para permitir que quem aderiu à modalidade de **saque-aniversário** possa retirar o valor restante da conta vinculada quando for demitido.

A proposta será formalizada em um projeto de lei, mas o ministro também tem defendido o fim da modalidade de forma geral, apesar de ainda não ter antecipado se haverá uma transição para isso no texto.

Marinho também vinculou essa proposta ao novo sistema de consignado para trabalhadores do setor privado, desenvolvido pelo Ministério da Fazenda e que tende a facilitar a obtenção de crédito a juros mais baixos.

"Não vou sossegar enquanto não resolver essa questão e permitir que quem foi demitido possa sacar o saldo do **FGTS** imediatamente. Vamos oferecer juntos um projeto de lei que vai dizer o que vai acontecer com o **saque-aniversário** do **FGTS** e criar o consignado ", declarou.

ENTENDA

Empresa será informada da transação

O que é empréstimo consignado?

O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - também chamado de crédito consignado - é um tipo de crédito cujo valor das parcelas é descontado diretamente no contracheque, holerite ou benefício.

COMO AS PARCELAS são descontadas diretamente do salário, holerite, benefício ou da aposentadoria, parte da renda fica comprometida antes mesmo de o dinheiro chegar à conta de quem solicitou o empréstimo. Exatamente por isso essa tomada de crédito requer um bom planejamento financeiro.

CASO o trabalhador perca o emprego antes de quitar o pagamento, o saldo do **FGTS** é usado para pagar o débito.

VANTAGENS

TAXAS DE JUROS MENORES: O crédito consignado se destaca pelas taxas de juros notavelmente mais baixas

quando comparadas às de outras modalidades disponíveis no mercado. Essa peculiaridade tem uma justificativa: os bancos que oferecem esse tipo de

empréstimo contam com um nível de segurança maior em relação ao recebimento das parcelas de pagamento.

FACILIDADE PARA CONTRATAR: Como o banco tem a garantia de recebimento e o comprovante de renda é o próprio contracheque ou extrato de benefício, a contratação e a liberação do dinheiro são rápidas.

Maior acesso

ESSA MODALIDADE porém, é pouco usada no setor privado e é mais comum no setor público.

O GOVERNO planeja incluir a possibilidade do trabalhador usar a carteira de trabalho digital, por meio do aplicativo **FGTS** Digital que vai dispensar convênios entre empregadores e instituições financeiras.

ATUALMENTE, os trabalhadores só podem realizar empréstimos com desconto em folha em bancos conveniados às empresas, o que dificulta o acesso a taxas de juros mais baixas.

AS ETAPAS da operação de crédito serão realizadas via e-Social, gerido pela **Receita Federal**, utilizado pelas empresas para fazer o recolhimento de encargos trabalhistas.

AVANTAGEM é que o trabalhador poderá escolher o banco que oferecer as melhores condições. Estarão habilitadas 80 instituições financeiras que já oferecem o consignado aos aposentados e pensionistas do **INSS**.

COM ISSO, os trabalhadores poderão contratar o empréstimo sem a necessidade da empresa em que trabalham ter um convênio firmado com algum banco.

Empresas vão ter que declarar benefícios fiscais que recebem

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant"Ana

A medida provisória que estabeleceu limites para o uso de crédito do PIS e da Cofins também antecipou o cadastro dos benefícios fiscais, que já estava em trâmite no Congresso Nacional. Com a proposta, o Fisco vai exigir que as empresas declarem informações sobre benefícios fiscais sobre os quais usufruem atualmente. O objetivo será verificar se as empresas estão utilizando o benefício devidamente ou indevidamente.

O texto já estava contemplado no âmbito do Projeto de Lei da Conformidade, enviado pela Fazenda ao Congresso no início de fevereiro. Essa proposta, no entanto, também estabelece regras para os chamados devedores contumazes, que têm gerado controvérsias no Legislativo e travando a tramitação do texto.

Dos R\$ 600 bilhões de gastos tributários e outros subsídios concedidos pelo governo, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, explicou que, sobre R\$ 200 bilhões, a administração tributária não tem dados, por isso passará a exigir essa declaração.

Uma instrução normativa será publicada pela Receita em "breve" com a lista dos benefícios fiscais que precisarão ser informados pelos contribuintes. Segundo o secretário, a lista não trará benefícios grandes, sobre os quais o Fisco já tem informações sobre os contribuintes, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus.

"Não vamos [obrigar o preenchimento] de todos os benefícios, apenas dos benefícios que há falta de dados para nós", esclareceu o secretário da Receita.

O sistema de declaração também já está pronto, por isso essa obrigação será lançada em breve.

Ele também esclareceu que o contribuinte que não preencher o formulário de benefícios fiscais não perderá seu benefício da União, mas poderá ser multado pela **Receita Federal** por não cumprir com essa obrigação.

De acordo com a **Receita Federal**, ainda não é possível prever a estimativa de arrecadação com essa medida, já que o Fisco não tem conhecimento sobre se aquele benefício é ou não regular. A intenção,

segundo Mareio Gonçalves, subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento substituto, é reduzir os benefícios fiscais para até 2% do **PIB** até 2029.

Uma emenda constitucional aprovada em 2021 pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro previu que os benefícios tributários não poderiam ultrapassar 2% do Produto Interno Bruto até 2029. Um plano de redução gradual dos incentivos chegou a ser enviado ao Congresso Nacional na época, porém não tramitou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1§ion=1>

MP limita sistema de crédito do PIS/Cofins para empresas

Brasília - O governo editou ontem uma medida provisória para limitar o sistema de créditos do Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins), prevendo que a iniciativa ampliará as receitas do governo em R\$ 29,2 bilhões em 2024.

A medida foi apresentada pelo Ministério da Fazenda com o objetivo de compensar a perda de receita gerada pela desoneração da folha salarial de 17 setores da economia e municípios de pequeno porte, mantida integralmente neste ano após acordo político.

O impacto previsto para a MP mais que compensa o custo do benefício sobre a folha, estimado em R\$ 26,3 bilhões neste ano. O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, argumentou que o excesso previsto é uma "margem" para que o governo tenha a segurança de que cumprirá integralmente a compensação.

A Fazenda não detalhou quais setores serão mais afetados pela iniciativa, com o secretário-executivo da pasta, Da-rio Durigan, afirmando se tratar de uma medida ampla, com efeito disseminado e que, de alguma forma, também poderá atingir empresas beneficiadas pela desoneração da folha. "Nosso objetivo é fazer o ajuste fiscal com medidas de justiça, sem aumento de tributo, sem aumento de alíquota, sem criação de novos **tributos**, essa é a agenda que será perseguida", disse.

Os créditos de PIS/Cofins são acumulados pelas empresas ao pagarem **tributos** sobre insumos e também em outros casos, como no recolhimento de **tributos** a mais e no crédito para exportação.

De acordo com Barreirinhas, a Receita procurou fechar brechas de distorções tributárias, atingindo empresas com maior capacidade de pagamento, "quem deveria estar pagando e não está".

De acordo com a pasta, do ganho total da MP, cerca de R\$ 17,5 bilhões virão de um primeiro eixo que prevê a limitação das compensações de créditos de PIS/ Cofins em geral. A medida barra o uso desses créditos para pagamentos cruzados de outros **tributos**, como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, permitindo que a quitação seja feita apenas em débitos do próprio PIS/ Cofins.

No segundo pilar, outros R\$ 11,7 bilhões de ganho serão fruto de uma restrição de créditos presumidos de PIS/ Cofins, modelo no qual a empresa tem o direito a creditar um valor pressuposto do benefício em vez da apuração efetiva.

Vedação - Segundo a Fazenda, leis recentes já vedam o ressarcimento em dinheiro para a maior parte dos casos de crédito presumido, impedindo a "tributação negativa" ou "subvenção financeira" para os setores contemplados. A MP agora estende essa vedação ao ressarcimento para os casos remanescentes e que representaram 20 bilhões de reais pleiteados em 2023.

Os secretários ressaltaram que o ressarcimento em dinheiro seguirá valendo para créditos em geral de PIS/Cofins. Isso significa que as empresas não optantes por crédito presumido que não conseguirem usar todos os créditos poderão seguir pedindo o ressarcimento em dinheiro. (Reuters) %

Consignado mais fácil para trabalhador do setor privado

**Geralda Doca geralda@bsb.oglobo.com.br ►
BRASÍLIA -**

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou ontem uma resolução que vai permitir aos trabalhadores do setor privado tomarem crédito consignado via Carteira de Trabalho Digital, que pode ser acessada por celular. Essa modalidade de crédito, que é pouco usada no setor privado, permite o desconto das mensalidades diretamente na folha de pagamento e, por isso, tem uma taxa de juros mais baixa.

Para fazer o pedido pela carteira virtual, será utilizada a plataforma FGTS Digital, que vai dispensar a realização de convênios entre empregadores e instituições financeiras. Atualmente, os trabalhadores só podem realizar empréstimos com desconto em folha em bancos conveniados às empresas, o que dificulta o acesso a taxas de juros mais baixas.

A medida já tinha sido anunciada pelo Ministério do Trabalho e entrará em vigor assim que a resolução do Conselho Curador for publicada no Diário Oficial da União. Porém, para a efetividade da medida, será preciso mudar a lei, já que hoje só pode haver crédito consignado se existir acordo entre a empresa e um banco. O governo prepara uma medida provisória nesse sentido.

As etapas da operação de crédito serão feitas via e-Social, plataforma gerida pela **Receita Federal** e utilizada pelas empresas para fazer o recolhimento de encargos trabalhistas. A vantagem é que o trabalhador poderá escolher o banco que oferecer as melhores condições. Estarão habilitadas 80 instituições financeiras que já oferecem o consignado aos aposentados e pensionistas do **INSS**.

Para fazer simulação e contratar o empréstimo, os trabalhadores acessarão uma aba na carteira digital, que estará disponível assim que a medida entrar em vigor.

Como já funciona com o FGTS Digital, haverá um linkcomoe-Social, administrado pela Caixa, que permitirá a todos os trabalhadores - inclusive os domésticos - contratarem consignado diretamente por essa plataforma, sem a necessidade de o empregador ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores poderão incluir na guia de recolhimento do e-Social o valor da parcela, descontado do contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

Inclusão de pequenas empresas

A medida valerá para todas as empresas e empregados celetistas, e deve beneficiar, principalmente, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capilaridade para firmar acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que mais da metade do estoque de assalariados está concentrada em empresas com até 99 trabalhadores. O governo avalia que os principais beneficiados serão de baixa renda.

Criado em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Lula (PT), o crédito consignado tem juros menores graças ao baixo risco da operação, porque o valor das prestações é descontado no contracheque e repassado aos bancos pelos empregadores.

Segundo o Banco Central (BC), em dezembro, a taxa média cobrada no consignado dos trabalhadores do setor privado era de 2,73% ao mês - acima dos juros para **servidores públicos**, de 1,77%, e dos aposentados do **INSS**, de 1,78%. x

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Prefeitos mobilizados por parcelamento de débitos

ÍGOR PASSARINI

O presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Coronel Fabriciano, Marcos Vinícius Bizarro (sem partido), afirmou ontem - durante a abertura do 39º Congresso Mineiro de Municípios - que mais de 500 prefeitos do estado irão enviar mensagem para o Senado Federal durante o evento, realizado nesta semana, em Belo Horizonte.

"Iremos fazer um manifesto para o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD), para que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 66 seja votada e os municípios tenham mais sustentabilidade fiscal, não só em Minas, mas em todo o Brasil", declarou.

O projeto abre um novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus regimes próprios de **previdência social** dos **servidores públicos** e com o Regime Geral de **Previdência Social**. "Nós temos precatórios, temos renegociação e tem uma coisa que é absurda: grande parte dos municípios tem o próprio instituto de previdência. E o governo nos coloca para pagar também a contribuição do Pasep, que é a contribuição para aposentadoria do servidor federal", disse Bizarro.

"A PEC 66 é para corrigir essa distorção, tanto para quem deve **INSS** como para quem deve precatório, congelar no máximo em 1% da receita corrente líquida do município. Então, saímos de uma coisa que é impagável para conseguir ter um horizonte", acrescentou.

Já o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, afirmou que as conversas estão encaminhadas e que os prefeitos irão se sentar com Pacheco. Ele também destacou o papel do governo federal. "Tudo se resume em um ponto: o pacto federativo. Todos que passaram em Brasília colocaram isso debaixo do tapete", declarou. O tema foi o principal da 25- Marcha dos Prefeitos, ocorrida na capital do país, há duas semanas.

O presidente do Senado por sua vez, afirmou, ontem, em Brasília, que as questões municipalistas -incluindo a PEC 66 ea desoneração da folha - vão ser materializadas nos próximos dias, como projeto de lei e, talvez, como alteração constitucional.

zemaesilveira

Adversários políticos, o governador Romeu Zema (Novo) e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, dividiram a mesa de abertura do 39º CMM. Depois, em seu discurso, Zema afirmou que "Minas tem problemas de energia" e repetiu o próprio bordão: "Em 70 anos, a Cemig construiu 400 subestações e em 6 anos estamos fazendo 200". Silveira também tem feito críticas reiteradas ao governador, a quem acusa de ter como principal façanha o aumento da dívida pública para R\$ 160 bilhões.

Atritos de um lado, elogios de outro. Bizarro, Zema e o vice-governador Mateus Simões (Novo) trocaram afagos durante o primeiro dia do congresso. Enquanto o presidente da entidade ressaltou o bom diálogo, os líderes do Executivo agradeceram pela parceria e apoio nas eleições. "Temos uma harmonia com o governo do estado, até porque o Zema entrou no meio do furacão. Tínhamos dívidas e ele honrou todas", afirmou Bizarro em entrevista coletiva.

Depois, no palco de abertura do evento, foi a vez de Simões: "Uma mensagem de gratidão ao apoio que recebemos dos prefeitos para governar desde o começo desta gestão. Se não fossem os prefeitos, o governador não teria sido reeleito em primeiro turno nas últimas eleições". Por fim, Zema declarou. "Esses prefeitos enfrentaram mais problemas do que quaisquer outros -, não repasse pelo governo, pandemia - e isso merece ser reconhecido. Foi um prazer conviver com vocês neste ciclo de oito anos, ao longo dos últimos seis", disse o governador.

Hoje, 5, a AMM e o Tribunal Regional de Minas Gerais (TRE-MG) promovem debates sobre as eleições, com autoridades, especialistas e profissionais do direito eleitoral. Participam da mesa o presidente do TRE-MG, Octavio Augusto de Nigris Boccacini, e o desembargador e diretor executivo da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG, Joe-milson Donizetti Lopes.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Investimentos e consumo puxam o crescimento de 0,8% do PIB

A economia brasileira voltou a crescer no primeiro trimestre de 2024, após dois trimestres de resultados próximos de zero. O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil avançou 0,8% em relação ao trimestre anterior, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem. Na comparação com o mesmo período de 2023, houve avanço de 2,5%. O crescimento ficou acima das projeções que apontavam alta de 0,7% no trimestre e 2,3% na comparação anual.

O começo de 2023 foi marcado pela continuação da melhora no mercado de trabalho, pelas antecipações dos pagamentos de precatórios e do 13º para beneficiários do **INSS**. Também contribuíram para o aumento da renda e do consumo o reajuste de benefícios vinculados ao salário mínimo e a queda dos juros. Com isso, o consumo das famílias avançou 1,5%, enquanto os investimentos cresceram 4,1% em relação ao último trimestre de 2023. A despesa de consumo do governo registrou estabilidade (0,0%).

No primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre de 2023, a agropecuária registrou crescimento de 11,3%, enquanto a indústria andou de lado e ficou praticamente estável, com decréscimo de 0,1%. Já o setor de serviços registrou avanço de 1,4% nos três primeiros meses deste ano.

Apesar da recuperação, o PIB eo setor de serviços estão no maior patamar da série histórica iniciada em 1995. A indústria ainda está 7% abaixo do nível de 2013, antes da recessão iniciada no ano seguinte. Na agropecuária, o patamar mais alto foi o primeiro trimestre do ano passado. Do ponto de vista da demanda, apenas os investimentos não se recuperaram e estão 15% abaixo do nível de 2013. O consumo tanto das famílias como do governo estão no patamar recorde.

Na comparação com o 1º trimestre de 2023, houve crescimento tanto da despesa de consumo das famílias (4,4%) quanto do consumo do governo (2,6%). O investimento avançou 2,7%, apresentando alta após três quedas consecutivas. A taxa da agropecuária recuou 3% e registra uma distorção por causa da safra concentrada no início do ano de soja e milho. Essas culturas registraram queda na produção no começo deste ano em relação ao mesmo período de 2023. Na indústria, apenas o setor de

transformação cresceu (0,7%). O segmento extrativo, a indústria da construção e o conjunto de atividades de água, luz e esgoto, registrou queda.

Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, afirma que, dentro do setor de serviços, algumas atividades se destacaram na alta do **PIB** ante o trimestre anterior: "O comércio varejista e os serviços pessoais, ligados ao crescimento do consumo das famílias, a atividade internet e desenvolvimento de sistemas, devido ao aumento dos investimentos e os serviços profissionais, que transpassam à economia como um todo".

comemoração

O governo comemorou o resultado do **PIB**. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comemorou afirmando que é uma prova de que o governo está "no rumo certo". Lula aproveitou também para celebrar a melhora na previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil. "O **PIB** avançou no primeiro trimestre deste ano puxado por maior consumo das famílias e serviços. E outra boa notícia é que, segundo a previsão do FMI, o Brasil subirá mais uma posição chegando ao 8º **PIB** mundial. Mais uma prova de que estamos no rumo certo", escreveu o petista.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o resultado do **PIB** do primeiro trimestre é uma demonstração de que a economia brasileira pode crescer com baixa **inflação**, de maneira sustentável. "No ano passado, crescemos com a **inflação** caindo e, neste ano, continuamos crescendo com a **inflação** caindo. Esse deve ser o objetivo da política econômica. Não estamos descuidando de uma coisa ou de outra. Estamos gerando emprego e de olho na **inflação**", disse Haddad em Roma, ao ser questionado se o resultado positivo.

SUSTENTÁVEL

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem que o crescimento se deu em ritmo bastante satisfatório e sinaliza que a agenda econômica está na direção correta. "O dado do **PIB** é mais um sinal concreto de que a agenda tem se desenvolvido num bom ritmo e na direção correta", disse ele, que atua como ministro interino da Fazenda durante viagem de Fernando Haddad a Roma.

Segundo o secretário, o desempenho da indústria de transformação e dos investimentos indicam ainda uma "alta estrutural" do crescimento e da capacidade produtiva do país. "Isso sinaliza sustentabilidade do crescimento nos próximos meses e anos", disse. "Seguimos acima da média, surpreendemos na direção correta", acrescentou.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

PIB cresce 0,8% no 1º trimestre de 2024

A economia brasileira voltou a crescer no primeiro trimestre de 2024, após dois trimestres de resultados próximos de zero.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil avançou 0,8% em relação ao trimestre anterior, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem. Na comparação com o mesmo período de 2023, houve avanço de 2,5%. O **PIB** acumula alta de 2,5% em quatro trimestres.

As projeções coletadas pela agência Bloomberg mostravam expectativa de crescimento de 0,7% no período em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 2,3% na comparação anual.

O começo de 2023 foi marcado pela continuação da melhora no mercado de trabalho, pelas antecipações dos pagamentos de precatórios e do 13º para beneficiários do **INSS**. Também contribuíram para o aumento da renda e do consumo o reajuste de benefícios vinculados ao salário mínimo e a queda dos juros.

"O consumo das famílias e dos investimento é que puxaram esse **PIB** para cima, já que o setor externo puxou para baixo", afirma Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Os destaques no trimestre foram os serviços (1,4%) e a agropecuária (11,3%). A indústria ficou praticamente estável (-0,1%).

O consumo das famílias avançou 1,5%, enquanto os investimentos cresceram 4,1%.

Na comparação com o 1º trimestre de 2023, a indústria cresceu 2,8%, e os serviços, 3%.

A agropecuária recuou 3%, devido à base alta de comparação do ano passado e à queda na produção devido a questões climáticas.

Houve revisão dos dados do ano passado. No terceiro trimestre, o **PIB** cresceu 0,1%. No quarto, caiu 0,1%. O número divulgado na época era zero para os dois períodos.

Rebeca diz que houve uma continuidade no crescimento do consumo das famílias, devido à melhora do mercado de trabalho no país e às taxas de juros e de **inflação** mais baixas, além da manutenção dos programas governamentais de auxílio às famílias.

Outro destaque positivo foram os investimentos, alavancados pelo aumento na importação de bens de capital, no desenvolvimento de software e na construção. A economista do IBGE diz que a produção de bens de capital ainda está no terreno negativo na taxa interanual. A taxa de investimento ficou em 16,9% do **PIB**, abaixo dos 17,1% registrados no primeiro trimestre de 2023.

O crescimento da economia foi totalmente baseado na demanda interna, com uma contribuição negativa do setor externo. "Em 2022 e 2023, o setor externo havia contribuído positivamente, com as exportações crescendo mais do que as importações. Nesse primeiro trimestre, essa contribuição virou negativa.

Estamos importando muitas máquinas e equipamentos e bens intermediários e o real se valorizou", diz Palis, que citou também a queda nas exportações da agropecuária.

"Não está sendo um ano muito bom para a agropecuária, por influências climáticas. Isso também prejudicou as exportações." Também houve queda relevante na taxa de poupança. Como o consumo das famílias cresceu bem acima do **PIB**, conseqüentemente a poupança diminuiu, segundo o IBGE.

O indicador caiu para 16,2%, ante 17,5% no mesmo trimestre de 2023.

Em relação ao restante do ano, um fator de incerteza são as enchentes no Rio Grande Sul, que vão impactar os dados do **PIB** negativamente neste segundo trimestre, embora se espere efeitos positivos da reconstrução da região (Da Folhapress).

0,1% FOI A ALTA DO **PIB** NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

PEC de autonomia do BC impõe limite de gastos para autarquia

DANIEL WETERMAN E MARIANA CARNEIRO

O relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autonomia orçamentária e financeira do Banco Central (BC) impõe um limite de gastos para a instituição, com as despesas de pessoal sendo corrigidas pela **inflação**, para compensar a obrigatoriedade de cuidar do próprio orçamento.

O parecer do senador Plínio Valério (PSDB-AM), ao qual o Estadão teve acesso, estabelece um limite para o crescimento das despesas do BC que deverá respeitar "a autonomia orçamentária e financeira da instituição e o alcance dos seus objetivos institucionais". O limite não está definido e deverá ser escrito em uma lei complementar.

A PEC estabelece ainda um sublimite para as despesas com o pagamento de servidores, que seria o valor do ano anterior corrigido pela **inflação**. Hoje, os gastos do BC somam R\$ 4 bilhões por ano, incluindo todas as despesas da instituição.

Pelo parecer, o limite de gastos será estabelecido após a reestruturação de carreiras, que também é prevista na PEC, e só poderia ser rompido com autorização do Senado.

"Para a despesa com pessoal e encargos sociais do Banco Central, deve haver um sublimite específico para evitar crescimento exacerbado desta rubrica orçamentária", diz o senador, no relatório.

"O aumento do escopo da autonomia do BC - com a inclusão das características de autonomia orçamentária, financeira e administrativa - deve vir acompanhado de um aumento na transparência e da accountability (prestação de contas) das ações do BC, bem como de um desenho de incentivos corretos para que a instituição persiga seus objetivos de forma eficiente e sem conflitos de interesse", afirma Plínio Valério.

De acordo com a PEC, a autonomia do BC ficará sob supervisão do Congresso Nacional, que será responsável por aprovar o orçamento da instituição - porém, sem subordinação nem tutela a nenhum órgão do governo federal.

Não há data marcada para votação da PEC. A

proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, comandada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP).

A PEC, apoiada pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, coloca na Constituição a autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira do banco. Uma das mudanças no relatório descreve que a instituição é uma empresa pública que exerce atividade estatal, para não confundir com uma atividade econômica, de acordo com o relator. O objetivo fundamental da autarquia, que é assegurar a estabilidade de preços, está mantido.

Conforme o Estadão antecipou, o relator decidiu alterar a PEC para deixar claro que a definição das metas de **inflação** continuará nas mãos do Conselho Monetário Nacional (CMN), como é hoje. O conselho, formado pelo presidente do BC e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, define as metas a serem perseguidas pela autarquia por meio da definição periódica da taxa básica de juros (Selic).

A mudança foi feita em aceno ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criticou Campos Neto diversas vezes.

Havia um temor no governo de que a PEC causasse perda na gestão da política monetária e em outros instrumentos, como a possibilidade de o presidente da República pedir a demissão do presidente do BC, prevista atualmente na lei de autonomia do banco, aprovada em 2021. As mudanças, de acordo com o relator, preservam essas competências.

CARREIRAS. O parecer também estabelece uma reestruturação de carreiras do BC. Os atuais servidores poderão escolher entre permanecer no quadro da instituição e migrar para outras carreiras no governo federal. A mudança de regime jurídico fará com que os atuais servidores deixem de ser regidos pelas normas do regime jurídico único (RJU), aplicável aos **servidores públicos**, e passem a ser empregados públicos regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O tempo de exercício no Banco Central será considerado como de efetivo exercício nos cargos que vierem a ser ocupados por quem migrar de carreira,

para efeitos de remuneração e aposentadoria. Para quem fica, mesmo na CLT, há uma estabilidade e o funcionário só poderá ser demitido em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em caso de cometimento de falta grave, apurada em processo disciplinar.

Despesas

R\$ 4 bilhões é o gasto total anual do BC, incluindo a folha de pagamento de servidores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo recua e retira imposto de herança sobre previdência privada

BIANCA LIMA E ALVARO GRIBEL

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo recuou da previsão de cobrança de imposto de herança sobre planos de previdência privada, como PGBL e VGBL. As regras gerais para a taxaçaõ via Imposto sobre Transmissãõ Causa Mortis e Doaçãõ (ITCMD) tinham sido incluídas no segundo projeto de lei complementar da **reforma tributária** a pedido dos governadores, como antecipou o Estadãõ.

A repercussãõ negativa nas redes sociais depois da divulgaçãõ da informaçãõ, porãem, fez com que o presidente solicitasse ao Ministãrio da Fazenda a retirada desse trecho, segundo apurou o Estadãõ. A notíciã da regulamentaçãõ da cobraçaõ, que inclusive já ocorre em alguns Estados, foi usada pela oposiçãõ para criticar a equipe econõmica e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o secretãrio extraordinãrio da **reforma tributária**, Bernard Appy, houve uma "avaliaçãõ políticiã" para a retirada da cobraçaõ do imposto de herança sobre a previdãncia privada.

Ele nãõ quis, contudo, dar detalhes sobre essa avaliaçãõ.

"Esse tema nãõ foi colocado no projeto, nãõ vou discutir por que foi tirado. Esse projeto teve uma avaliaçãõ políticiã pelo governo", afirmou ele, em coletiva de imprensa para apresentar o projeto de lei que serã enviado ao Congresso.

Segundo o presidente do Comitã Nacional de Políticiã Fazendãria (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, a decisãõ foi do governo federal, e os Estados acataram. Ele diz que haverã uma deliberaçãõ dentro do comitã para avaliar se haverã a tentativa de inclusãõ no Congresso.

"A questãõ que estã sendo colocada gerou muita polãmica sobre o VGBL; faz parte do processo tãcnico e políticiã antes do envio de um texto legislativo", afirmou.

Rogãrio Gallo, secretãrio de Fazenda em Mato Grosso, afirma que a padronizaçãõ era um desejo dos Estados, mas que ainda nãõ há uma decisãõ tomada sobre a inclusãõ de uma emenda ao projeto no

Congresso.

"Era um tema relevante; se foi retirado, vamos levar ao conselho, mas nãõ há decisãõ para se trabalhar em emenda a respeito desse assunto e cada Estado continua trabalhando (como acontece hoje)." De forma geral, os PGBLs e os VGBLs nãõ entram hoje nos inventãrios quando o titular morre, sendo transmitidos aos beneficiãrios automaticamente.

Dessa forma, ficam livres da incidãncia do ITCMD por serem compreendidos como produtos de natureza securitãria.

Diversos Estados, porãem, passaram a tributar a transferãncia desses planos nos últimos anos por avaliarem que se trata de uma forma de transmissãõ de patrimõnio entre as gerações. Isso gerou uma sãrie de ações na Justiça.

Judicializaçãõ

Hã uma sãrie de ações na Justiça contra decisãõ de Estados de taxar transferãncia de patrimõnio

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Investimento tem a maior alta desde 2021

VINÍCIUS NEDER ECAROLINA NALIN

O primeiro trimestre marcou a volta dos investimentos na economia. A formação bruta de capital fixo (FBCF, conta dos investimentos no **PIB**) cresceu 4,1% ante o último trimestre de 2023, a maior alta desde o primeiro trimestre de 2021, quando a economia estava em plena retomada, após o fundo do poço da crise causada pela Covid-19.

Foi um movimento de recuperação. Na comparação com o período de janeiro a março do ano passado, os investimentos avançaram 2,7%, após três trimestres seguidos de quedas, mostram os dados divulgados ontem pelo IBGE.

Segundo o órgão de estatísticas, os investimentos cresceram com o aumento na importação de bens de capital (como máquinas e equipamentos), o desenvolvimento de softwares e a construção civil.

Tanto que, pela ótica da oferta, a atividade de comunicação e informação, que inclui os serviços de TI, avançou 2,1% em relação ao quarto trimestre de 2023. A construção civil recuou 0,5% no período, mas saltou 2,1% na comparação com os três primeiros meses do ano passado. Segundo Re-beca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, a produção de insumos e o emprego na construção cresceram na comparação com janeiro a março de 2023.

Para Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o movimento de recuperação dos investimentos - explicado por uma combinação de fatores - pode ter continuidade, mas ainda há incerteza sobre isso.

Para explicar a alta, Cagnin lembrou, em primeiro lugar, as quedas dos últimos trimestres. Elas foram resultado do adiamento de investimentos por parte das empresas, mas a postergação tem limites. Isso vale especialmente para a modernização de maquinário na indústria - chega um momento em que a troca da máquina não pode ser adiada.

MEDIDAS DO GOVERNO

Também houve algum efeito de medidas adotadas pelo governo, avaliou o economista do Iedi, citando algumas linhas de financiamento com juros mais baixos lançadas pelo BNDES e alguma tentativa de recompor os investimentos públicos. Para o

economista, mesmo que sejam pontuais, essas medidas encorajam as empresas a tirarem projetos do papel.

Por fim, houve um impulso do cenário mais favorável para os juros, que favorece os investimentos porque boa parte dos projetos são financiados. Como leva tempo para a redução na taxa básica de juros (a Selic) chegar aos tomadores finais, foi no primeiro trimestre que a queda de 13,75% ao ano para os atuais 10,5% ao ano começou a surtir mais efeito.

- O quanto essa reação do investimento será uma nova fase? Tem tudo para que isso aconteça, principalmente se continuarmos a fazer as reformas que precisam ser feitas. Se tivermos boa regulamentação da **Reforma Tributária**, por exemplo - afirmou Cagnin.

O problema é que esse cenário mais favorável nos juros está ameaçado. Nas últimas semanas, analistas de mercado passaram a projetar que o Banco Central (BC) terá que interromper o ciclo de queda da Selic em nível mais elevado do que o inicialmente esperado.

FED E DESEQUILÍBRIO FISCAL

Economistas vêm explicando que essa mudança passa tanto por uma alteração nos próximos passos do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), que vem indicando que adiará uma queda nos juros por lá, quanto por novos sinais de desequilíbrio nas contas do governo.

Felipe Sichel, economista-chefe da Porto Asset, alerta que a perspectiva de que os juros não caiam mais como o esperado já começou a ter efeito no mercado financeiro sobre os financiamentos que custearão os investimentos: - Vemos riscos associados ao aumento da incerteza e à elevação dos contratos de juros futuros observada nas últimas semanas, o que na prática poderia reduzir o investimento à frente.

"O quanto essa reação do investimento será uma nova fase? Tem tudo para que isso aconteça, se continuarmos a fazer as reformas que precisam ser feitas" Rafael Cagnin, economista do Iedi

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

União desiste de taxar plano de previdência como herança

VICTORIA ABEL

O governo Lula desistiu de permitir, no segundo projeto de lei de regulamentação da **Reforma Tributária**, que estados cobrem uma taxa na transferência de valores da previdência privada do titular falecido para seus herdeiros. A medida constava em uma primeira versão da proposta enviada pela Fazenda à Casa Civil. Após avaliação do presidente, o trecho foi retirado.

-O projeto que está sendo enviado ao Congresso Nacional não contempla a permissão. Foi feita uma avaliação política pelo governo -disse o secretário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

A proposta inicial modificava o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para incluir os planos de previdência sob regime financeiro de capitalização, tais como Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Segundo o presidente do Comsefaz (Comitê de Secretários de Fazenda Estaduais), Carlos Eduardo Xavier, os estados não devem resistir à definição política do governo. O assunto, porém, ainda deve ser debatido no Comsefaz.

- E desejável ter uma padronização, alguns estados já tributam, mas ainda não temos uma decisão (sobre pedir emenda no Congresso) -disse o secretário de Fazenda do Mato Grosso, Rogério Gallo.

O segundo projeto de lei de regulamentação da **Reforma Tributária**, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que reúne o municipal ISS e o estadual ICMS, traz ainda uma definição para a base de cálculo do valor de imóveis na cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

VALOR FIXADO PELO MUNICÍPIO

Em relação ao ITBI, o tributo municipal incidiria sobre um preço de venda em si ou valor de referência do imóvel, estipulado pelo município, com base em estimativas de mercado, valendo o que for maior. Hoje, o imposto pode recair sobre o valor efetivo de

venda do imóvel.

"A base de cálculo é o valor venal com previsão do "valor de referência na legislação municipal ou distrital, com base em dados de mercado", afirma a apresentação do Ministério da Fazenda.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), recentemente, havia decidido que a cobrança teria que ser feita pelo valor de venda, por falta de previsão legal a respeito do assunto.

O projeto será analisado pelo Congresso Nacional.

Além disso, a cobrança do imposto passaria a ser na celebração do ato de transmissão do imóvel, ou do direito real sobre o imóvel, e não mais no registro no cartório.

-O objetivo é evitar a judicialização em cima do tributo com a definição clara da base de cálculo. Qual o valor do IT-BI? É o da escritura, o da matrícula, o alegado pelo contribuinte na transação? Era uma litigiosidade. Outra era o momento da ocorrência. A discussão sobre o momento e o valor de cálculo é que acaba levando a debate e a eventual não pagamento do tributo - disse o secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos,

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fazenda recua e retira imposto sobre herança de previdência privada

Jéssica Sant"Ana, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon

O governo recuou e retirou do segundo projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** a possibilidade de incidência de ITCMD (imposto sobre herança, de competência estadual) sobre planos de previdência privada aberta, como VGBL e PGBL. A medida constava na versão do projeto entregue pelo Ministério da Fazenda à Casa Civil na segunda-feira (3), mas foi retirada ontem (4), a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo fontes envolvidas na elaboração do projeto, a decisão de Lula foi tomada diante da repercussão negativa da proposta, já que a possibilidade de taxaço foi revelada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", na segunda-feira.

O ITCMD é um imposto cobrado pelos Estados na transferência de bens e direitos para herdeiros. No caso dos planos de previdência fechada - o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) -, há divergência jurídica sobre a possibilidade de cobrança do tributo quando o titular morre e o herdeiro assume o plano.

Atualmente, em alguns Estados, há cobrança do imposto sobre os dois tipos de planos. Em outros, só sobre o VGBL. Na maioria, sobre nenhum. O tema está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com a inclusão da possibilidade de taxaço no projeto de lei complementar, haveria uma harmonização da interpretação sobre a cobrança entre os Estados, explicou uma fonte.

Foi um pedido dos próprios Estados, atendido pelo Ministério da Fazenda, que entende que os planos de previdência privada são usados para planejamento sucessório, de modo que os herdeiros, em caso de morte do titular do plano, não paguem imposto sobre o PGBL e VGBL recebido.

A informação que o governo havia desistido de atender o pleito dos Estados foi revelada somente ontem, após o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, do Ministério da Fazenda, ter sido questionado em coletiva de imprensa sobre o assunto. "O projeto que está indo ao Congresso não

trata desse tema. Fica tudo como está hoje", disse o secretário.

O texto final do projeto, até a conclusão desta edição, ainda não foi protocolado nem divulgado pelo Ministério da Fazenda.

Inicialmente, Appy não explicou o motivo da retirada. "Não vou discutir por que foi tirado", se limitou a dizer. Depois da insistência dos jornalistas, Appy respondeu que foi decisão da área política do governo, sem dar mais detalhes. "Foi feita uma avaliação política de governo. Uma questão é a área técnica, outra é a área política. Isso vale em qualquer governo, e neste governo também é assim. Não necessariamente aquilo que sai da área técnica é [a versão final]. O que vale é o texto final. Ponto. Segue a vida", respondeu o secretário.

O presidente do Comsefaz (conselho das secretarias estaduais de Fazenda), Carlos Eduardo Xavier, confirmou na entrevista coletiva que a decisão havia sido do governo federal, também sem detalhar o motivo. "Faz parte do processo técnico e político antes da formalização do envio do texto legislativo, funciona assim nos Estados e União em temas específicos. Foi uma decisão do governo de retirar esse tema, Estados acataram, [mas] não tem nenhuma polêmica, o processo segue", disse Xavier.

Ele acrescentou que, posteriormente, o Comsefaz vai se reunir para avaliar se os Estados vão pedir a inclusão do trecho durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional. O Valor apurou que os Estados foram contrários à retirada, mas, como o envio do projeto será feito pelo governo, tiveram que acatar a decisão de Lula.

Em sua declaração ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante as eleições de 2022, Lula declarou ter R\$ 5,57 milhões aplicados em VGBL. Duas fontes do governo negaram que esse foi o motivo da retirada do trecho. (Colaborou Renan Truffi)

"Foi uma decisão do governo de retirar esse tema; o processo segue"

Carlos Eduardo Xavier

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1§ion=1)

ITBI incidirá na formalização do negócio, não no registro

Beatriz Olivon, Jéssica SanfAna e Guilherme Pimenta

O Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) deverá incidir no momento da celebração do contrato ou lavrada a escritura pública de compra e venda, e não no momento do efetivo registro no cartório de imóveis, como acontece hoje. A previsão consta no segundo projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária**.

O texto não traz alíquotas, que poderão ser definidas pelos municípios, mas define o momento da cobrança e a base de cálculo.

A base é o valor venal, que passa ser definido de forma similar ao IBS/CBS, com previsão do "valor de referência" na legislação municipal ou distrital, com base em dados de mercado. Assim, os municípios podem usar a tabela de referência, e não o valor de

venda, o que tende a facilitar a fiscalização. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) havia decidido que a cobrança teria de ser feita pelo valor de venda.

Segundo Gilberto Perre, presidente-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o objetivo com a regulamentação foi apaziguar, esclarecendo o momento de incidência do ITBI e a base de cálculo. "Não é instituição de tributo novo nem mais imposto

para o contribuinte", afirmou ontem em coletiva de imprensa. Ainda segundo Perre, hoje, quem têm capacidade de fazer planejamento tributário são as pessoas com maior capacidade contributiva, o que onera os com menor capacidade de contribuir.

Para Felipe Kneipp Salomon, do Levy Salomon Advogados, prever que o imposto deverá ser pago a partir do "ato ou título translativo oneroso do bem imóvel ou do direito real sobre bem imóvel" deixa dúvida se a tributação se dá no contrato particular de compra e venda ou na escritura pública. "Mas está claro que o fato gerador [que leva à incidência do tributo] ocorrerá antes do registro da transmissão da propriedade no cartório", diz.

O advogado exemplifica que entre o contrato de promessa e a lavratura da escritura pode ser necessário aguardar o processamento e a liberação do financiamento pelo banco. "O problema da

antecipação do fato gerador, é que gera a obrigação de pagar o imposto antes de haver transferência da propriedade."

O advogado lembra que o Código Civil estabelece que a escritura pública é essencial à validade de compra e venda de imóvel, por isso, considera que seria complicado exigir ITBI já na promessa de compra e venda.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1§ion=1)**

Calendário da regulamentação da reforma tributária é posto em dúvida

Marcelo Ribeiro

Apesar da chegada do segundo texto da regulamentação da **reforma tributária** ao Congresso, aliados do governo estão céticos sobre a possibilidade de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conseguir cumprir o calendário que previa até semanas atrás para as propostas. O pessimismo é compartilhado, nos bastidores, inclusive por lideranças mais próximas do deputado do PP. O alagoano pretende entregar a aprovação ainda no primeiro semestre, antes do recesso parlamentar.

Lira, por sua vez, manteve suas projeções. "Fico tranquilo em relação a esses que jogam a toalha. Sou homem de muita fé. Antes de encerrar [o semestre], a gente vota", reforçou o presidente da Câmara a jornalistas.

Mais de um mês após a Fazenda entregar o texto principal da regulamentação - que institui a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) e contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma, a equipe econômica encaminhou ontem ao Legislativo o projeto que aborda questões referentes à forma de organização do Comitê Gestor, à distribuição federativa da receita do imposto e ao contencioso administrativo do novo tributo estadual.

Apesar de Lira ter reforçado que acredita no cronograma desenhado por ele, parlamentares avaliam que as chances de o calendário ser cumprido são pequenas, porque os trabalhos da Câmara em pelo menos uma semana de junho tendem a ficar esvaziados por causa dos festejos de festa junina.

O fato de ser ano de eleições municipais contribui para que esse esvaziamento dos corredores do Congresso seja ainda maior. Parlamentares vão aos eventos festivos de suas bases e atuam como cabos eleitorais para fortalecer nomes de aliados nas disputas municipais.

Além disso, há a leitura de que as tratativas nos grupos de trabalho instaurados por Lira ainda estão na fase preliminar e que não haverá tempo para conclusão dos debates até julho.

Os GTs ainda estão fazendo audiências públicas, o que antecede as negociações com as bancadas partidárias e as conversas com representantes de diversos setores.

As tratativas com os segmentos, aliás, são vistas como as com maior potencial de enterrar de vez as chances de os parlamentares aprovarem as proposições até julho. Isso porque qualquer concessão a um setor pode gerar reação em outros, o que faz com as negociações se estendam por mais tempo para não desagradar a ninguém e para que se chegue a um parecer equilibrado.

Entes federativos também devem pressionar para garantir a melhor versão do comitê gestor, o que também pode deflagrar uma disputa entre os estados.

Governistas avaliam que a decisão de Lira de não escalar o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** aprovada no ano passado, contribui para eventuais atrasos. Essa leitura ocorre porque há o entendimento de que o paraibano é o único nome da Câmara com conhecimento integral do tema. Isso poderia colaborar para as negociações avançarem com mais celeridade.

Ainda que até aliados de Lira tenham essa leitura pessimista, alguns líderes próximos do presidente da Câmara acreditam que o ritmo do andamento dos projetos de regulamentação pode enfrentar a depender do envolvimento do presidente Lula e de outros integrantes do governo. Se isso ocorrer, as possibilidades de as matérias avançarem nos próximos meses aumentariam, de acordo com prognóstico feito por deputados da base e do Centrão.

Há a expectativa de que o Executivo tenha disposição em melhorar a interlocução com o Legislativo, especialmente após derrotas impostas na semana passada durante a votação de vetos presidenciais. A leitura entre governistas é que, para evitar reveses, Lula pode sugerir ao aliados apostar alto em pautas econômicas e sociais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1§ion=1>

Fazenda envia PL ao Congresso

Brasília - O governo enviou ao Congresso Nacional ontem o segundo projeto de lei complementar para regulamentar a **reforma tributária** sobre o consumo. O texto detalha o sistema de gestão do novo tributo e a distribuição de receitas aos estados e municípios, informou o Ministério da Fazenda.

O projeto, segundo a pasta, regulamenta também o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), um tributo estadual incidente sobre heranças e doações. No entanto, por decisão do governo, o texto não trata da cobrança desse tributo sobre heranças de aplicações em previdência privada.

Promulgada em dezembro de 2023, a reforma institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de alçada dos estados e municípios, e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), a ser gerida pela União. Também é criado o Imposto Seletivo, tributo que visa desestimular o consumo de produtos e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente.

O projeto traz as regras de funcionamento do Comitê Gestor do IBS, que definirá diretrizes e coordenará a atuação das administrações tributárias dos estados e municípios.

O Conselho Superior, instância máxima de deliberação do comitê, será formado por 27 membros representando cada estado e o Distrito Federal, e outros 27 membros representantes do conjunto dos municípios.

O projeto estabelece que a União custeará, por meio de financiamento, as despesas necessárias à instalação do Comitê Gestor do IBS de 2025 a 2028, no montante de até R\$ 3,8 bilhões.

Heranças - Em entrevista, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que o projeto não trata do tributo estadual ITCMD sobre heranças de aplicações em previdência privada. Após a publicação de informações na imprensa de que o texto em elaboração detalharia a cobrança de ITCMD sobre essas aplicações, ele afirmou que a não inclusão do ponto foi uma "decisão de governo" e que o texto que foi vazado nos últimos dias era uma versão preliminar. (Reuters) %

Novo projeto para regulamentar reforma

O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, ontem (4), o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** do consumo. O texto trata, entre outros assuntos, do

Comitê Gestor do IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços. Esse órgão, com representantes de Estados, Distrito Federal e Municípios, vai ficar responsável, por exemplo, por evitar o efeito cumulativo do tributo. Ou seja, vai limitar a incidência de **impostos** na cadeia de produção e de circulação de bens e serviços.

Segundo o Ministério da Fazenda, o Comitê Gestor do IBS fará ainda a distribuição do dinheiro da arrecadação entre estados, Distrito Federal e municípios. E vai decidir sobre o contencioso administrativo do novo tributo. A estrutura do Comitê Gestor do IBS terá sete instâncias, sendo o Conselho Superior a instância máxima de deliberação. Além disso, conforme o projeto, a implementação do Comitê Gestor do IBS será financiada pela União de 2025 até 2028 e custará R\$ 3,8 bilhões.

A proposta também altera algumas das legislações vigentes, como mudanças no Código Tributário Nacional, com o detalhamento da forma de incidência do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos por Ato Oneroso de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos (ITBI), insere definições relacionadas à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) e altera a legislação relativa às vinculações de partilhas de **tributos**.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/kbjm/#p=1>

Análise: taxação das blusinhas sai de pauta e gera impasse

Luiz Carlos Azedo

+

O plenário do Senado adiou para esta quarta-feira a votação do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O relator da matéria, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), retirou do parecer o jabuti, aprovado na Câmara na última semana, que estabelece a cobrança de uma alíquota de 20% sobre as compras internacionais de até US\$ 50. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diante da retirada, reclamou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pediu para adiar a votação. As bancadas do MDB, União Brasil e PP são a favor da manutenção da taxação.

O pedido de adiamento foi feito pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que argumentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende vetar uma série de dispositivos que são parte da taxação. Esse encaminhamento criou mais um atrito com Lira, que revelou ter negociado a aprovação da cobrança com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por intermédio do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Ele avisou a Haddad que negociava com um só governo.

Líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM) anunciou que partido deverá votar pela manutenção do texto como veio da Câmara. O líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), apresentará destaque pela manutenção da taxação em plenário. O MDB deverá encaminhar a favor do destaque do Efraim, anunciou Braga. Seu argumento é que esses produtos importados estão concorrendo com a indústria nacional.

E estão mesmo. Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a isenção elimina 250 mil empregos no país. Em um período de 10 anos (2013-2022), as importações de pequeno valor tiveram uma alta de US\$ 800 milhões para US\$ 13,1 bilhões, um montante que representou 4,4% do total de itens importados em 2023. Desde janeiro, as entidades ameaçam entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a isenção do imposto de importação.

Segundo as entidades, há descontrole com relação às compras, que normalmente são bens de consumo de

baixo preço, aos quais o presidente Lula se referiu quando falou da blusinha, adquiridas pela população de menor renda. Os empresários querem que os Correios tenham mais rigor na checagem do CEP e do volume de produtos importados. Lira comprou essa briga da indústria nacional e das grandes redes de magazines, que estão tendo prejuízos com o chamado e-commerce.

O senador Rodrigo Cunha, relator do PL que institui o Mover, disse que a cobrança de uma alíquota de 20% em compras internacionais de até US\$ 50 seria um corpo estranho, uma artimanha legislativa no projeto que trata da transição energética no setor de produção de veículos automotores. Caso sua posição prevaleça, o texto do Mover deve voltar para a análise da Câmara.

Pacheco, após encerrar os trabalhos desta terça-feira, convocou uma reunião do colégio de líderes para tentar negociar um acordo. Segundo ele, Cunha agiu com prudência. Nesse caso concreto, de fato, há o estabelecimento de uma concorrência entre os mesmos produtos entre a indústria nacional e a indústria estrangeira. Não pode haver um tratamento diferenciado em relação a isso. (...) Me parece, de fato, que se estabelecer uma taxação uniforme entre o que vem do exterior e o que é produzido aqui é algo que vem a calhar para aquilo que nós queremos, que é o desenvolvimento da indústria nacional, disse o presidente do Senado.

O Mover não tem nada a ver com as pequenas compras pela internet. A espinha dorsal do projeto é o estímulo à produção de automóveis sustentáveis. A taxação às compras internacionais, segundo o relator do projeto no Senado, deveria ser tratada em outra matéria. O governo, inclusive, há nove meses, criou um programa para isso: a chamada Remessa Conforme. Nesse programa, foi inserida a cobrança de 17% de ICMS, um acordo feito com o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Todos os estados estão recebendo essa alíquota. Hoje, para poder vender no Brasil, as empresas varejistas internacionais tiveram de se adequar a novas regras muito mais rígidas, inclusive trazendo transparência. O assunto também será tratado na regulamentação da reforma tributária.

A polêmica sobre a chamada taxa da blusinha embaralhou o posicionamento dos partidos no Congresso. A esquerda, que sempre foi desenvolvimentista e nacionalista, está votando contra a taxa, conforme a orientação de Lula. A oposição agarrou a bandeira da defesa da indústria nacional com as duas mãos e passou a defender a cobrança. Nos bastidores, a equipe econômica apoiava a taxação, de olho no aumento de arrecadação.

O pior dos mundos é a discussão ganhar um viés ideológico, como já começam a pontuar deputados e senadores de oposição que fazem campanha contra a China comunista. Enquanto o agronegócio fatura alto com as exportações para a potência asiática, a indústria e as grandes redes comerciais argumentam que sofrem concorrência desigual.

O plenário do Senado adiou para esta quarta-feira a votação do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O relator da matéria, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), retirou do parecer o jabuti, aprovado na Câmara na última semana, que estabelece a cobrança de uma alíquota de 20% sobre as compras internacionais de até US\$ 50. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diante da retirada, reclamou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pediu para adiar a votação. As bancadas do MDB, União Brasil e PP são a favor da manutenção da taxação.

O pedido de adiamento foi feito pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que argumentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende vetar uma série de dispositivos que são parte da taxação. Esse encaminhamento criou mais um atrito com Lira, que revelou ter negociado a aprovação da cobrança com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por intermédio do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Ele avisou a Haddad que negociava com um só governo.

Líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM) anunciou que partido deverá votar pela manutenção do texto como veio da Câmara. O líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), apresentará destaque pela manutenção da taxação em plenário. O MDB deverá encaminhar a favor do destaque do Efraim, anunciou Braga. Seu argumento é que esses produtos importados estão concorrendo com a indústria nacional.

E estão mesmo. Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a isenção elimina 250 mil empregos no país. Em um período de 10 anos (2013-2022), as importações de pequeno valor tiveram uma alta de US\$ 800 milhões para US\$ 13,1 bilhões, um

montante que representou 4,4% do total de itens importados em 2023. Desde janeiro, as entidades ameaçam entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a isenção do imposto de importação.

Segundo as entidades, há descontrole com relação às compras, que normalmente são bens de consumo de baixo preço, aos quais o presidente Lula se referiu quando falou da blusinha, adquiridas pela população de menor renda. Os empresários querem que os Correios tenham mais rigor na checagem do CEP e do volume de produtos importados. Lira comprou essa briga da indústria nacional e das grandes redes de magazines, que estão tendo prejuízos com o chamado e-commerce.

O senador Rodrigo Cunha, relator do PL que institui o Mover, disse que a cobrança de uma alíquota de 20% em compras internacionais de até US\$ 50 seria um corpo estranho, uma artimanha legislativa no projeto que trata da transição energética no setor de produção de veículos automotores. Caso sua posição prevaleça, o texto do Mover deve voltar para a análise da Câmara.

Pacheco, após encerrar os trabalhos desta terça-feira, convocou uma reunião do colégio de líderes para tentar negociar um acordo. Segundo ele, Cunha agiu com prudência. Nesse caso concreto, de fato, há o estabelecimento de uma concorrência entre os mesmos produtos entre a indústria nacional e a indústria estrangeira. Não pode haver um tratamento diferenciado em relação a isso. (...) Me parece, de fato, que se estabelecer uma taxação uniforme entre o que vem do exterior e o que é produzido aqui é algo que vem a calhar para aquilo que nós queremos, que é o desenvolvimento da indústria nacional, disse o presidente do Senado.

O Mover não tem nada a ver com as pequenas compras pela internet. A espinha dorsal do projeto é o estímulo à produção de automóveis sustentáveis. A taxação às compras internacionais, segundo o relator do projeto no Senado, deveria ser tratada em outra matéria. O governo, inclusive, há nove meses, criou um programa para isso: a chamada Remessa Conforme. Nesse programa, foi inserida a cobrança de 17% de ICMS, um acordo feito com o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Todos os estados estão recebendo essa alíquota. Hoje, para poder vender no Brasil, as empresas varejistas internacionais tiveram de se adequar a novas regras muito mais rígidas, inclusive trazendo transparência. O assunto também será tratado na regulamentação da reforma tributária.

A polêmica sobre a chamada taxa da blusinha embaralhou o posicionamento dos partidos no Congresso. A esquerda, que sempre foi desenvolvimentista e nacionalista, está votando contra a taxa, conforme a orientação de Lula. A oposição agarrou a bandeira da defesa da indústria nacional com as duas mãos e passou a defender a cobrança. Nos bastidores, a equipe econômica apoiava a taxação, de olho no aumento de arrecadação.

O pior dos mundos é a discussão ganhar um viés ideológico, como já começam a pontuar deputados e senadores de oposição que fazem campanha contra a China comunista. Enquanto o agronegócio fatura alto com as exportações para a potência asiática, a indústria e as grandes redes comerciais argumentam que sofrem concorrência desigual.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/06/6871179-analise-taxacao-das-blusinhas-sai-de-pauta-e-gera-impasse.html>

Sem taxa das blusinhas, Lira ameaça projeto

» **ÂNDREA MALCHER**

O relator do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), provocou um alvoroço no Congresso ao retirar do texto o "jabuti" que previa a cobrança de uma alíquota de 20% em compras internacionais de até US\$ 50. Ante a insatisfação de parte dos parlamentares com a decisão do colega, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) adiou a votação para hoje. Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) ameaçou não votar o Mover se o projeto voltar à Casa sem a taxação aprovada pelos deputados na semana passada, após acordo com o governo.

Na justificativa para retirar do projeto a chamada "taxa das blusinhas", Cunha disse que o trecho é um "corpo estranho, uma artimanha legislativa" na matéria que trata de incentivo a automóveis sustentáveis. "O assunto principal deveria ser esse (Programa Mover) que, no nosso ponto de vista, será algo que vai colocar o país numa nova fase", afirmou. Ele defendeu que a taxação deveria ser tratada "de outra maneira".

O senador observou que o projeto "não é assunto de viés político, é de viés econômico" e que a alíquota foi acordada entre o governo e a Câmara, mas que o mesmo não ocorreu no Senado. Ainda assim, disse ter conversado sobre o tema e obtido apoio dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda; Alexandre Silveira, de Minas e Energia; e do vice, Geraldo Alckmin, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O impasse foi tamanho que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu o adiamento da votação. "Para mim, tem muito ruído de comunicação. Acho que para votar a matéria aqui e agora tem muita confusão", argumentou.

Ele frisou que o governo não pediu a supressão do trecho. E acrescentou já ter o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva "de veto de uma série de dispositivos que são parte da retirada que o senador Rodrigo Cunha fez".

Caso o parecer de Cunha seja aprovado como está, o projeto voltará para a análise da Câmara.

Mas Lira enfatizou que sem a taxação de compras internacionais há "sérios riscos" de todo o texto do Programa Mover não ser votado.

"Eu não sei como é que os deputados vão encarar uma votação que foi feita por acordo se ela retornar. Então, acho que o Mover tem sérios riscos de cair junto, de não ser votado mais na Câmara", disparou. "Isso eu penso de algumas conversas que eu tive. Portanto, nós estamos pacientemente esperando, aguardando que as coisas sejam discutidas, votadas, de maneira muito ativa, transparente, clara. Não com subterfúgios nem nenhum tipo de ilação a um assunto sério como esse", acrescentou.

Lira contou ter conversado com o titular da Fazenda, que está em evento em Roma. "O ministro Haddad me informou que não fez esse acordo, que o relator ligou para ele e que ele explicou que, inclusive, a proposta da taxação dos 20% veio da própria empresa Shein", ressaltou, numa menção à plataforma chinesa. "Eu só fui sondar se na realidade o ministro do governo tinha participado dessa narrativa do relator com relação ao seu relatório", destacou.

Por fim, uma reunião de líderes extraordinária foi convocada por Pacheco, após a sessão plenária, em que ficou definida a votação do texto de Cunha, com uma emenda a ser apresentada pelo governo que retome a taxação.

Setor produtivo Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) pediram aos senadores que votem o projeto com a taxação. "O texto, mesmo não atendendo à total igualdade tributária com os importados, é de extrema relevância para garantir a manutenção de milhares de empregos e o crescimento econômico nacional", ressaltaram.

"O setor produtivo considera que relatório do senador Rodrigo Cunha mantém a injusta discriminação tributária contra os produtos nacionais ao premiar as importações de até US\$ 50 sem o devido pagamento de **impostos** federais, assim como premia a concorrência desleal, prejudicando os trabalhadores brasileiros sem solucionar um entrave à criação de novos postos de trabalho nem atender aos interesses da população de menor renda do país", argumentaram.

As entidades frisaram que "as importações sem tributação federal levam a indústria, o comércio e o agronegócio nacionais a deixar de empregar 226 mil pessoas".

"Eu não sei como é que os deputados vão encarar uma votação que foi feita por acordo, se ela retornar. Então, acho que o Mover tem sérios riscos de cair junto, de não ser votado mais na Câmara" Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

"Não houve nenhum acordo com o governo para retirar a taxaçoão que foi votada na Câmara. A decisão de acolher uma emenda supressiva de retirar a taxaçoão dos importados foi do relator. Será submetida a votos amanhã (hoje). A história ainda não terminou" Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Lira cobra da Fazenda explicações sobre MP do PIS/Cofins, que já enfrenta resistências na Câmara

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP -AL), pediu do Ministério da Fazenda explicações sobre a MP (medida provisória) que restringe o uso de créditos tributários do PIS/Cofins como compensação para bancar a desoneração da folha para empresas de 17 setores e de municípios com até 156 mil habitantes.

A MP foi editada nesta terça-feira (4) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) . A iniciativa, no entanto, já enfrenta resistências da bancada ruralista na Câmara dos Deputados e foi chamada de "loucura" por um deputado.

Segundo relatos, Lira disse a uma pessoa próxima que a proposta não foi negociada previamente com ele. O presidente da Câmara relatou inclusive que não sabia de antemão o teor da MP.

Por isso, Lira telefonou nesta terça para o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, que atua como ministro interino durante viagem de Fernando Haddad a Roma. O deputado pediu explicações já que não foi informado da medida.

Lira também enviou ao secretário um parecer de um escritório de advocacia que enumera ressalvas à medida provisória.

Durigan, por sua vez, buscou explicar a proposta ao presidente da Câmara e se comprometeu a conversar com os parlamentares para detalhar a MP.

A Fazenda está otimista em conseguir convencer os parlamentares de que há uma dinâmica perversa no atual uso de créditos de PIS/Cofins, o que estaria gerando distorções na economia.

Enquanto isso, parlamentares já questionam a medida. O presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agricultura), deputado Pedro Lupion (PP-PR), afirmou à Folha que atuará para barrar a MP.

A bancada é uma das mais poderosas no Congresso Nacional e reúne cerca de 300 dos 513 deputados.

"Só na cadeia de soja, [são] R\$ 6,5 bilhões de crédito presumido de PIS e Cofins que deixarão de ser

recebidos com o texto do MP. Sem contar laranja, sem contar carne, sem contar indústria farmacêutica. É um acinte, uma loucura o que o governo está fazendo sem conversar com ninguém", criticou.

"Toda a indústria produtiva do Brasil está ligando desesperada, assustadíssima. E querem ainda que a gente acredite em IBS e CBS [novos **impostos** criados com a **reforma tributária**] com devolução de crédito. Não existe a mínima condição. Não fomos consultados e vamos criar todos os problemas possíveis para essa MP do jeito que está", acrescentou Lupion.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A medida foi apelidada pela Fazenda de "MP do equilíbrio". O governo espera arrecadar até R\$ 29,2 bilhões com a medida em 2024.

O valor é mais do que suficiente para compensar a perda de arrecadação de R\$ 26,3 bilhões estimada pelo Ministério da Fazenda com a desoneração da folha (R\$ 15,8 bilhões das empresas e R\$ 10,5 bilhões dos municípios).

A medida do governo atua em duas frentes. Em uma delas, o governo vai restringir o uso de créditos tributários de PIS/Cofins, obtidos pelo recolhimento do tributo na aquisição de insumos. Hoje, eles podem ser usados para abater o saldo devedor de outros **tributos** -inclusive contribuições à Previdência. A prática é chamada de compensação cruzada.

Com a MP, o aproveitamento do crédito só será permitido para abater o próprio PIS/Cofins. A mudança tem potencial para elevar a arrecadação em até R\$ 17,5 bilhões neste ano, segundo a Fazenda.

Na segunda frente, o governo vai restringir o uso do crédito presumido do PIS/Cofins, uma espécie de benefício fiscal concedido com a intenção de fomentar algumas atividades econômicas e mitigar o efeito cumulativo dos **impostos**.

Segundo a Fazenda, as leis mais recentes já vedam o ressarcimento desse crédito em dinheiro como forma de impedir a tributação negativa -o contribuinte não só não recolhe **tributos**, mas ainda recebe um valor do governo, como uma espécie de subvenção financeira.

No entanto, há ainda oito casos em que esse ressarcimento é permitido. Em 2023, eles pleitearam o recebimento de R\$ 20 bilhões, de acordo com a **Receita Federal**. A MP fecha a porta para esses oito casos.

Segundo a Fazenda, os contribuintes continuarão a poder usar os créditos presumidos, desde que haja tributo a ser pago e abatido. Essa medida deve acrescentar outros R\$ 11,7 bilhões à arrecadação federal.

Crédito do PIS/Cofins em geral

Serão compensáveis apenas na sistemática da não cumulatividade, sem compensação com outros **tributos** ou cruzada, exceto com débitos do próprio PIS/Cofins. Mantém-se a possibilidade de ressarcimento em dinheiro, mediante prévia análise do direito creditório.

Crédito presumido de PIS/Cofins

Espécie de benefício fiscal concedido a empresas. Leis mais recentes já vedam o ressarcimento em dinheiro, impedindo a tributação negativa ou subvenção financeira para setores contemplados, mas em oito casos a autorização permanecia.

A MP estende a vedação ao ressarcimento para os oito casos que permaneceram e que representaram R\$ 20 bilhões pleiteados em 2023. Não se altera a possibilidade de compensação na sistemática da não cumulatividade, ou seja, o direito permanece, desde que haja tributo a ser pago pelo contribuinte.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/lira-cobra-da-fazenda-explicacoes-sobre-mp-do-piscofins-que-ja-enfrenta-resistencias-na-camara.shtml>

Reforma Tributária: deputados avaliam incluir bets em Imposto Seletivo

Os deputados do grupo de trabalho que analisa o primeiro projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** na Câmara estudam incluir os jogos de apostas on-line, as chamadas bets, entre as atividades em que irá incidir o Imposto Seletivo (IS).

O tributo foi criado com a Emenda Constitucional do novo sistema de **impostos** e a proposta em tramitação estabelece regras de cobrança, como os tipos de produtos pagarão a taxa extra.

O Imposto Seletivo prevê uma alíquota maior de cobrança de alguns produtos, com álcool. Para os parlamentares do GT, as apostas online poderiam ser enquadradas como atividades que fazem mal a saúde mental.

Com inclusão dos jogos virtuais de azar no Imposto Seletivo, os deputados acreditam que seria possível diminuir a alíquota padrão do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), já que parte do volume de carga tributária do país estaria compensado pela arrecadação de IS em mais uma atividade.

- É prejudicial a saúde psicológica e ao bolso. Estamos taxando refrigerantes, extração. As dívidas de apostas on-line está criando um problema no país. O que é mais justo taxar refrigerante ou jogo de azar? É pior que cassino, que ainda pode gerar emprego. Nesses do celular, a facilidade de se endividar é muito grande - disse o deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA), que colocou o tema em discussão.

O Imposto Seletivo, por definição, poderá incidir em produtos ou serviços que fazem mal a saúde humana ou ao meio ambiente, como: refrigerantes, cigarros, bebidas alcoólicas e veículos movidos à combustão. A proposta tem apoio de demais colegas.

- Acho que se for algo que faz mal saúde mental, tem que entrar. O Imposto Seletivo não tem fim arrecadatório, então o objetivo seria tiver algum outro produto da lista, ou diminuir a alíquota padrão - disse o deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), porém, teme que mais um tributo sobre as apostas on-line possa levar a uma procura por jogos ilegais

- Acho que depende, temos que ver. Isso pode

incentivar a ilegalidade - afirmou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/06/05/reforma-tributaria-deputados-avaliam-incluir-bets-em-imposto-seletivo.ghtml>

"Entramos em uma nova era de juros altos"

Sérgio Tauhata De São Paulo

O cenário de juros altos por mais tempo será o "novo normal" na próxima década, afirma o professor de economia em Harvard, Kenneth Rogoff, em entrevista ao Valor. Segundo o especialista, "vivemos em um mundo novo", mas entramos em uma era na qual "a maioria das mudanças inesperadas da **inflação** será para cima e, nos próximos cinco ou sete anos, poderemos ver um novo pico como o que vimos recentemente". Ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rogoff foi também integrante do conselho do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e é grande mestre de xadrez. Para ele, o Fed deve iniciar o período de cortes de juros ainda neste ano, mas a taxa vai terminar o ciclo entre 3,5% e 4%. De acordo com Rogoff, a taxa de juros longa nos EUA vai cair muito pouco do atual nível, em meio a um mundo com pressões inflacionárias de médio e longo prazos. Nessa nova era de juros altos por mais tempo, o mundo terá menos crescimento, o ritmo do comércio tende a diminuir e o dólar vai se manter forte.

O esforço do Fed, porém, será vitorioso. A previsão de Rogoff é de "pouso suave" da economia americana, com a **inflação** convergindo para a meta de 2% entre meados e o fim de 2025. Sobre a eleição nos EUA, o economista tem uma visão crítica: "estou extremamente infeliz com as escolhas que temos [entre o democrata Joe Biden ou o republicano Donald Trump]". Na visão do professor de Harvard, "falta tanto aos democratas quanto aos republicanos visão pragmática de como governar". A seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Qual o seu cenário base para o ciclo de cortes do Fed?

Kennetii Rogoff: Acho que eles vão cortar as taxas uma vez neste ano. Mas o que sinto fortemente é que os juros vão continuar elevados. Mesmo no final deste ciclo, as taxas ainda serão de, pelo menos, 3%, 3,5% ou, provavelmente, 4% no fim de 2026. Grande parte da questão não é exatamente quantos cortes, mas para onde o ciclo está indo. As taxas de juros de longo prazo nos Estados Unidos, como as de 10 anos, não vão cair muito, em média. As atuais taxas de longo prazo serão o novo normal.

Valor: A **inflação** vai convergir para a meta do Fed?

Rogoff: Sim. Acho que até meados de 2025, ou, na

pior das hipóteses, no fim de 2025 convergirá para a meta [de 2% do Fed. Mas penso que vivemos numa nova era em que, daqui para frente, a maioria das mudanças inesperadas na **inflação** serão para cima. Provavelmente teremos nos próximos cinco a sete anos outro pico [de **inflação**] como este. Vivemos em um novo mundo. Quem pensa que vai voltar a ser como era [antes da pandemia] está sonhando.

Valor: O Fed então pode ter de retomar um ciclo de alta de juros?

Rogoff: Na verdade, não acho. Mas o que estou dizendo é que ainda teremos mais choques inflacionários. Tínhamos [até antes da pandemia] um mundo onde os BCs estavam fixando a taxa entre zero e 1%. Eles desejavam poder reduzir ainda mais as taxas, mas não conseguiram. E agora vivemos num novo mundo onde teremos mais um viés inflacionário, enquanto a política monetária tenta trazer [a **inflação**] para 2%. Então teremos daqui para frente uma média de mais de 2% [no índice de **inflação**].

Valor: Qual o impacto dos juros elevados por mais tempo?

Rogoff: Bem, em primeiro lugar, as taxas de juros não são tão diferentes das que eram antes da crise financeira [de 2008], estão até um pouco mais baixas. Portanto, nessa perspectiva, não é desastroso. Penso que os dois principais efeitos são: primeiro, significará um dólar mais forte por mais tempo, o que prejudica o comércio mundial. Um dólar mais forte não reduz o crescimento global, mas diminui o nível de comércio e, para ser mais preciso, desacelera o crescimento do comércio. Uma coisa que não sei completamente é quais bolsos vão ter problemas. Se olharmos para os países de baixa renda, eles estão em grandes apuros. Já os mercados emergentes têm sido surpreendentemente resilientes. Então o meu melhor palpite é que isso [juros altos por mais tempo] significa menor crescimento e taxas de juro reais globais elevadas, mas não necessariamente algo desastroso. Porque neste momento as políticas estão mais cautelosas. E existem vulnerabilidades. Entendo que no Brasil a política fiscal esteja lutando para cumprir suas metas. Mas não estou prevendo um calote em um grande mercado emergente, salvo se houver algum outro choque importante.

Valor: Quais são os principais riscos no médio prazo?

Rogoff: Vivemos num mundo diferente depois da

pandemia, onde há muitas pressões que fazem as taxas de juro subirem. A dívida nos EUA, em particular, mas também em outros países avançados, é muito, muito mais elevada do que antes da pandemia. E isso está exercendo pressão ascendente sobre as taxas de juros. Mas também há pressão dos gastos com a defesa e a transição verde, mas, especialmente, as pressões populacionais, que estão fazendo subir as taxas de juro de longo prazo. Vivemos num novo normal, que é mais parecido com o velho normal de antes da crise financeira global. Agora, ninguém sabe ao certo o que se passa. Existem fatores de longo prazo, como a demografia, a desigualdade, a [elevação da] produtividade, que os economistas argumentaram empurraram as taxas de juro para baixo. Acho que isso foi exagerado. O [ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos] Larry Summers disse que tivemos uma estagnação secular. Mas não tivemos. Foi um resultado da crise financeira [o ambiente de baixa **inflação** e de juros perto de zero]. E ultimamente o próprio Larry tem dito: "bem, a era da estagnação secular já passou, o que significa que as taxas de juros serão mais altas". Discordo. Nunca tivemos uma era de estagnação secular, estávamos vivendo o desfecho da crise financeira. E os juros mais altos teriam acontecido antes se não fosse a pandemia.

Valor: Ainda existe risco de a economia dos EUA entrar em recessão?

Rogoff: Se tivermos uma aterrissagem forçada, o Fed vai cortar as taxas de juros. Se tivermos uma recessão, podem cortar as taxas de juros para 2% ou 2,5%. Mas as probabilidades de uma recessão profunda são de, no máximo, 15%. Não vejo nada neste momento que sugira um colapso imediato. Sim, o setor imobiliário comercial está com problemas, mas não é tão problemático como a habitação era em 2008.

Valor: A taxa de juros neutra dos EUA está mais elevada?

Rogoff: Sim, absolutamente. O novo neutro [nominal] nos Estados Unidos deve ser de 3,5% a 4%. Não de 2%, nem de 2,5%.

Valor: Mas quais seriam as causas dessa elevação?

Rogoff: Certamente a desglobalização e a fragmentação geo-política são forças inflacionárias. Estamos vendo muitas das forças que ajudaram a reduzir os preços [após a crise financeira] se invertem. Parte disso é o que os EUA estão fazendo com a China. O presidente [dos EUA, Joe] Biden está impondo todos os tipos de tarifas. E se [o ex-presidente Donald] Trump vencer [as eleições

presidenciais americanas], em que as chances estão em 50% a 50%, haverá mais tarifas [sobre a China], o que exerceria mais pressão inflacionária. Tem ainda a dívida pública americana. Será cada vez mais doloroso pagar esses juros. A secretária [cio Tesouro dos EUA] Janet Yellen já começou a falar cada vez mais sobre isso. Uma incógnita é um novo presidente do Fed [em 2026]. Há muitas pressões políticas sobre o Fed, que no longo prazo, podem tornar difícil [à autoridade] resistir completamente a essas forças inflacionárias. Os banqueiros centrais sabem como manter a **inflação** em 2%, mas os políticos que estão acima deles não. Portanto, algumas destas forças inflacionárias irão avançar. E é por isso que estou argumentando que a era de 2% ou menos de **inflação**, que é o que tínhamos antes da pandemia, agora será uma era de 2% a 3% ou mais de **inflação** na próxima década.

Valor: O endividamento dos EUA pode se tornar um risco?

Rogoff: Penso que a dívida dos EUA é uma grande fonte de instabilidade. Nosso sistema político não se ajustou à mentalidade de que nem tudo é de graça e acredita que essa dívida não importa. Corte os **impostos**, se você for o republicano; gaste mais dinheiro, se você for o democrata. Acho que vivemos num novo mundo onde a taxa de juro real [neutra], a taxa de juro ajustada à **inflação**, será mais próxima de 1,5% ou 2%. E deve ser ainda maior no momento. Em vez de zero ou -1%, onde estive [até antes da pandemia]. O Fed está perdendo muito dinheiro. Nos últimos dois anos, o Fed teve perdas enormes porque contraiu empréstimos a descoberto e detém esta dívida pública de baixo rendimento. A secretária Janet Yellen está começando a perceber: "oh, meu Deus, os pagamentos da dívida estão subindo e onde vão chegar?" Podem chegar a US\$ 700 bilhões por ano. E podem até subir muito mais. Portanto, nosso sistema político não está pronto. Donald Trump diz que vai cortar **impostos** para todos. E Biden está totalmente no bolso da ala do partido [Democrata] que quer gastar o máximo possível. Na a Europa, o cenário é muito diferente. Eles entendem os dados como um problema. Mas, por outro lado, querem ter um Estado de bem-estar social massivo. Gastam, mas não o suficiente, querem uma transição verde, mas ainda não descobriram como pagar por isso. Portanto, penso que há problemas na Europa, mas são piores nos Estados Unidos. Acho que é um grande problema para a economia global. Porque, se errarmos, poderemos ter uma grande explosão de **inflação**, algo como 10% a 15%, porque não há válvula de segurança para nossa dívida.

Valor: A eleição presidencial americana pode ser um risco?

Rogoff: Estou extremamente infeliz com a escolha que temos [entre o democrata Joe Biden e o republicano Donald Trump]. Acho que o presidente Trump tornou ambos os partidos mais burros. Os democratas adotaram um estado de extrema esquerda nas suas políticas. Há uma noção idealista, mas sem uma visão pragmática de como governar. Gostaria que os democratas escolhessem outro candidato. Trump é mais perigoso. Sabe o conceito de eventos tipo cisne negro? Com Trump, podemos ter um cisne negro todo mês. Simplesmente não tenho ideia do que está por vir [com uma nova presidência de Trump], embora as políticas dele sejam mais centristas. É muito mais pragmático do que Biden na economia. Mas pelo fato de colocar seus problemas pessoais acima das políticas, torna-se muito imprevisível. O pacote geral é pior.

Valor: Qual sua visão sobre o Plano Real, implementado há 30 anos no Brasil?

Rogoff: O Brasil se saiu notavelmente bem, estabilizando a **inflação**. Tem sido uma grande história de sucesso. Isso não aconteceu da noite para o dia e nem em uma única etapa. O plano foi um passo no caminho para um banco central moderno, com metas de **inflação** independentes. Eu não acho que o país poderia ter saltado de onde estava em 1994 para onde está hoje sem o real no meio. Quando passei minha lua de mel no Brasil, em 1995, por conta do plano [no início, o câmbio tinha paridade com o dólar], foi muito caro. Nós amamos o Brasil, mas eu e minha esposa chamamos [a viagem] de nossa "moneymoon" [trocadilho com "honeymoon", lua de mel em inglês]. Eu diria que o plano foi um passo no caminho para a estabilização moderna da economia.

Valor: Pode existir uma bolha nas ações de tecnologia?

Rogoff: Sim e não. Acho que a inteligência artificial [IA] é real. Será a maior mudança em nossa tecnologia desde a invenção da imprensa. Só estamos vendo o começo dela. No entanto, sempre que se tem uma nova tecnologia como essa, é muito difícil prever quem serão os vencedores e os perdedores. Então espero que o mercado tenha ciclos. O setor de tecnologia em geral vai crescer cada vez mais. Acho que haverá oscilações violentas. Mas penso que a IA é real em termos de seu impacto econômico. Agora não é só inteligência artificial, são avanços na medicina e muitas outras coisas que não são necessariamente IA. Se você me perguntar, qual empresa comprar [no longo prazo], tenho de dizer que é muito difícil saber. Provavelmente, metade delas não será importante em 10 anos.

"Com Trump, podemos ter um cisne negro todo mês.

Simplesmente não tenho ideia do que está por vir"

"O Brasil se saiu notavelmente bem, estabilizando a **inflação**. O Plano Real foi um passo no caminho para um BC moderno"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187894?>

PIB sobe 2,5% no trimestre e serviços se destacam

Rio - O Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 0,8% na comparação do primeiro trimestre de 2024 com o quarto trimestre de 2023 na série com ajuste sazonal.

Na avaliação da produção por setores, destaca-se o avanço dos serviços (1,4%).

Também houve alta na agropecuária (11,3%), mas a indústria se manteve estável, em leve queda de 0,1%. Ante o primeiro trimestre de 2023 a elevação do **PIB** é de 2,5%. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE.

Dentre as atividades industriais houve queda nos segmentos de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,6%), construção civil (-0,5%) e indústrias extrativas (-0,4%). Na direção oposta, a indústria de transformação teve desempenho positivo: 0,7%. Nas atividades de serviços houve crescimento em comércio (3%), informação e comunicação (2,1%), outras atividades de serviços (1,6%), atividades imobiliárias (1%) e ainda transporte, armazenagem e correios (0,5%). Intermediação financeira e seguros foi o grupo que mostrou estabilidade. Administração, saúde e educação pública registraram um leve recuo de 0,1%.

Pelo enfoque da despesa, cresceram 1,5% o consumo das famílias e 4,1% a formação bruta de capital fixo (4,1%), enquanto a despesa de consumo do governo federal registrou estabilidade.

Com relação ao setor externo, as exportações de bens e serviços tiveram variação positiva de 0,2% ao passo que as importações cresceram mais, chegando a 6,5%.

Quanto à comparação com os primeiros três meses do ano passado, que revelou elevação de 2,5% do **PIB**, subgrupos como o valor adicionado a preços básicos subiu 2,3% e **impostos** sobre produtos líquidos de subsídios avançaram 3,4%. Entre as atividades, a agropecuária recuou 3% em relação a igual período do ano anterior. Apesar da contribuição positiva da pecuária, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, alguns produtos cujas safras são significativas no primeiro trimestre tiveram queda na estimativa de produção anual e perda de produtividade.

As principais baixas foram vistas em soja (-2,4%), além de milho (-11,7%) e fumo (-9,6%).

SEGMENTOS

O setor de serviços avançou 3% ante igual período de 2023, com alta em todas as atividades e com destaque para informação e comunicação (4,6%), atividade imobiliária (3,9%) e comércio (3%).

n A indústria cresceu 2,8%.

As indústrias extrativas registraram o melhor resultado, de 5,9%, sendo influenciadas por elevações nas atividades de extração de petróleo e gás e de minério de ferro.

n A construção, por sua vez, teve a segunda elevação consecutiva, 2,1%, corroborada pelo aumento dos empregos e pela produção dos insumos típicos do segmento.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

PIB acima do esperado

» **ROSANA HESSEL**

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre de 2024 apresentou crescimento de 0,8% em relação aos três meses anteriores (na margem), somando R\$ 2,7 trilhões. O dado foi divulgado, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado, novo crescimento na margem após o leve ajuste de variação zero para queda de 0,1% no **PIB** do último trimestre de 2023, ficou levemente acima da mediana das estimativas do mercado, de 0,7%. O número também colocou o país em 17º em ranking da Austin Rating com 57 economias que já divulgaram o **PIB** dos três primeiros meses do ano.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou o resultado nas redes sociais e demonstrou confiança para que o Brasil avance da 9ª posição para a 8ª colocação das maiores economias do planeta neste ano, para US\$ 2,3 trilhões.

Esse dado considera uma correção de 7,26% no **PIB** nominal - algo que ainda precisará ser confirmado com os dados dos três próximos trimestres. Vale lembrar que a taxa mostra desaceleração em relação ao avanço de 1,2% - corrigido, antes era 1,3% - registrado nos primeiros três meses de 2023.

Economistas ouvidos pelo Correio, e até mesmo a Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, demonstraram cautela em relação ao **PIB** do segundo trimestre. Segundo eles, ainda não dá para estimar o tamanho do impacto da tragédia que assola o Rio Grande do Sul (RS) e, conseqüentemente, a desaceleração nos próximos trimestres é certa.

A SPE, em nota divulgada após a publicação dos dados do IBGE, informou que "apesar da recuperação observada na margem para o **PIB** do primeiro trimestre de 2024, a expectativa é desaceleração no ritmo de crescimento no próximo trimestre, repercutindo a calamidade no RS". A secretaria, em maio, elevou de 2,2% para 2,5% a previsão para o crescimento do **PIB** deste ano mas, no relatório, admitiu que "restam incertezas a respeito da estimativa de crescimento para 2024".

Na avaliação de Alex Agostini, economista-chefe da Austin, as novas estimativas do governo são difíceis de se concretizarem.

"A projeção está furada, pelo menos, neste momento", afirmou. Segundo ele, o resultado confirma a nossa estimativa da Austin de crescimento de 1,9% no **PIB** de 2024.

Agostini ressaltou que uma surpresa do **PIB** foi a agricultura que, mesmo com a queda de 3% na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior, ainda apresentou um crescimento "bastante robusto", de 11,3%. Pelas projeções do IBGE, contudo, a produção de soja vai apresentar queda neste ano.

Conforme os dados do órgão subordinado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, os serviços, com alta de 1,5% na margem e de 3% na comparação interanual, foram o motor do **PIB** do trimestre. Esse desempenho, lembram os analistas, foi impulsionado pela alta de 1,5% no consumo das famílias, no lado da demanda, alavancado, principalmente, pela massa salarial mais elevada e pelo desemprego mais baixo.

Crescimento Em relação aos três primeiros meses de 2023, o crescimento do **PIB** foi de 2,5%. Pelos cálculos da economista Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), haverá desaceleração no **PIB** do segundo trimestre, e a variação será de 0,5% na margem, e de 1,4%, na comparação interanual, já contabilizando o impacto no Rio Grande do Sul.

"O regime de metas é um dos pilares das expectativas de **inflação** e o custo da desinflação fica mais alto quando o mercado não acredita que elas serão cumpridas", explicou.

Ela lembrou que a discussão sobre a nova meta móvel deve gerar ainda mais ruídos, pois o governo adiou esse debate devido à crise no Sul. "Ainda não sabemos como será essa discussão, mas o governo tem espaço para ganhar credibilidade, porque a **inflação** de curto prazo ainda tem sido uma boa notícia, pois está mais acomodada", destacou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, prevê altas de 0,8% no **PIB** do segundo trimestre, na margem, e também reforçou alertas sobre os riscos de desaceleração devido à tragédia no Sul.

"O país vai crescer menos do que poderia. E, talvez o impacto seja relativamente pequeno dado que estamos no começo do ano e tem tempo da reconstrução começar", afirmou.

De olho no crescimento

O economista da MB, Sergio Vale, reforçou que o bom resultado do **PIB** do primeiro trimestre teve importante contribuição do pagamento dos precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs), liberadas no fim do ano passado e pagas até fevereiro deste ano, de pouco mais de R\$ 90 bilhões, impulso que não ocorrerá nos próximos meses.

"Ainda será preciso esperar o impacto da crise no Rio Grande do Sul e do menor ritmo de redução nos juros, que são os elementos de preocupação com o resto do ano e que colocam um crescimento que tende a ser menor do que esses 2,5% no segundo trimestre", destacou ele, que prevê alta de 1,8% no **PIB** na comparação com mesmo período de 2023.

Vale estima avanço do **PIB** em torno de 2,2% neste ano.

"Mas, certamente, tanto o efeito Rio Grande do Sul quanto o efeito juros, na taxa de juros maiores do que se imaginava a princípio, evita que você tenha um número ao longo do ano muito parecido com esse primeiro trimestre. Os números tendem a ser um pouco piores do que isso ao longo dos trimestres", frisou.

Segundo o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, o **PIB** voltou a crescer, mas deve voltar a desacelerar. Para ele, a recuperação da atividade deste ano "está associada à queda da Selic e à elevação da massa de renda real".

O especialista não tem dúvidas de que a atividade vai pisar no freio, pois o Banco Central entenderá que as altas no **PIB** corrente são inflacionárias.

"A desaceleração esperada para o segundo trimestre, com efeitos das enchentes, não chega a ameaçar o **PIB** do ano, com alta acima de 2%", afirmou.

Luis Leal, economista-chefe da G5 Partners, manteve a previsão de crescimento do **PIB** deste ano após os dados do IBGE, apesar de o resultado ter sido melhor do que o esperado devido às incertezas do impacto das chuvas no Sul do país. "Os prováveis impactos da tragédia do Rio Grande do Sul sobre os PIBs do 2º e do 3º trimestres, nos levou a mantê-la mesmo em 2,1%", disse.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

PIB tem alta de 0,8% no primeiro trimestre

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Puxado pelo setor de serviços, o Produto Interno Bruto (**PIB**) acelerou e cresceu 0,8% no primeiro trimestre, na comparação com os últimos três meses de 2023, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. Em relação ao primeiro trimestre de 2023, o avanço chegou a 2,5%.

Pela leitura dos analistas, a atividade começou o ano mais forte do que o previsto, sobretudo em janeiro e fevereiro.

No fim de 2023, o nível de atividade dava sinais de fraqueza.

O IBGE revisou o desempenho do **PIB** no último trimestre do ano passado - houve uma queda de 0,1% (o número anterior era de estabilidade).

"É um crescimento um pouco melhor do que a gente estava imaginando (na virada do ano)", disse Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências, sobre o desempenho observado nos primeiros meses do ano.

Os economistas já vinham ajustando as previsões para o **PIB** de 2024 ao longo do primeiro trimestre. No primeiro relatório Focus do ano, por exemplo, os analistas consultados pelo Banco Central estimavam um crescimento de 1,59%.

No divulgado na última segunda-feira, a projeção já estava em 2,05%. "Foi um resultado bom (do primeiro trimestre)", disse Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank.

Olhando o resultado do trimestre pelo lado da oferta, o setor de serviços cresceu 1,4%, puxado pelo comércio, que teve alta de 3%. A indústria encolheu 0,1%. Tradicionalmente com resultados positivos concentrados no início do ano, a agropecuária avançou 11,3%.

Pela ótica da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,5% e foi beneficiado pela força do mercado de trabalho - com baixo desemprego e aumento da renda -, e pelos impulsos fiscais, como o pagamento dos precatórios, além do reajuste real do salário mínimo.

"Em grandes números, no ano passado houve um aumento dos gastos públicos na casa de R\$ 200

bilhões. Neste ano, o incremento está na faixa de R\$ 100 bilhões", diz Alessandra. Só o pagamento de precatórios representou um crescimento adicional de 0,2 ponto porcentual nesses gastos entre janeiro e março, de acordo com a Tendências.

Ao todo, R\$ 40 bilhões dessa conta foram para o consumo.

CENÁRIO FUTURO. Apesar do bom início de ano, o desempenho da economia deve ser afetado pela tragédia no Rio Grande do Sul. Uma análise ainda preliminar da Tendências indica que o impacto das enchentes no Estado deve tirar 0,3 ponto do **PIB** brasileiro em 2024. "Para o ano, estamos com uma projeção de (alta do **PIB**) de 1,8%. Se fosse apenas pelos dados do primeiro trimestre, revisariamos o **PIB** positivamente, mas resolvemos não fazer a revisão por causa dos efeitos da tragédia", diz Alessandra.

Um outro entrave para o crescimento tem a ver com os juros, que tendem a seguir num patamar mais elevado do que o esperado no início de 2024. "Os dados de abril até foram positivos, mas, como tem a questão do Rio Grande do Sul, maio e junho serão afetados. Com esses problemas e juros mais altos do que imaginávamos, o cenário é de um **PIB** de 2% (em 2024)", diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Síte: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dívida pública global vai a US\$ 97 tri, diz Unctad

GABRIEL BUENO DA COSTA

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) afirma que a dívida pública global atingiu o recorde de US\$ 97 trilhões em 2023, um crescimento de US\$ 5,6 trilhões ante o ano anterior. Em relatório, a entidade diz que esse crescimento é marcado por "disparidades regionais significativas", com a dívida pública em países em desenvolvimento crescendo a um ritmo duas vezes maior do que em economias desenvolvidas.

A dívida pública nos países em desenvolvimento atingiu US\$ 29 trilhões em 2023, ou 30% do total mundial. Em 2010, ela representava apenas 10%.

Ainda pelos dados da Unctad, mais de três quartos da dívida são detidos por países da Ásia e da Oceania, enquanto os da América Latina e Caribe detêm 17% e os da África, 7%. No continente africano, porém, mais países enfrentam dívidas elevadas, com a dívida pública acima de 60% do **PIB**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta do PIB reforça cautela do BC com juros, diz mercado

I DANIEL TOZZI MENDES e CÍCERO COTRIM

O desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre, segundo analistas, reforça a visão mais cautelosa que o Banco Central vem adotando na condução da política monetária. Segundo dados divulgados ontem, o **PIB** cresceu 0,8% no primeiro trimestre, puxado essencialmente pelo setor de serviços.

Para Laiz Carvalho, economista para o Brasil do BNP Paribas, esse crescimento é um reflexo do aquecimento do consumo das famílias.

"Estamos vendo uma demanda muito forte das famílias, pelo mercado de trabalho aquecido, salários mais altos e, em geral, maior renda disponível." Esse cenário, segundo ela, deve fazer com que as expectativas para a **inflação** de serviços à frente fiquem mais altas, trazendo impactos de alta também para as projeções de **inflação** cheia. "O número em si do **PIB** não muda nada para o BC, mas reforça essa visão mais cautelosa.

Temos visto nos últimos discursos e comunicações (do BC) uma preocupação com as expectativas de **inflação** futuras.

E essa atividade forte é um dos elementos que devem impactar nas projeções", disse.

Apesar de considerar que o ritmo de expansão da economia no primeiro trimestre não vai se manter, o economista-chefe de mercados emergentes da consultoria Capital Economics, William Jackson, reconhece que ele impõe riscos para a política monetária. "O crescimento da economia, e do consumo das famílias em particular, vai levantar (ainda mais) preocupações sobre a **inflação** no BC, sugerindo que a nossa projeção de Selic no fim do ano, de 9,75%, tem cada vez mais riscos para cima", disse.

A força da demanda doméstica no primeiro trimestre também foi destacada pela economista-chefe para o Brasil da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro. Para ela, isso confirma o tom duro adotado pelo BC desde o último **comunicado** do Copom.

Segundo Tatiana, o crescimento de 1,6% na demanda

doméstica no primeiro trimestre ficou bem acima de todas as últimas leituras.

Em 2022, o crescimento trimestral médio da demanda doméstica foi de 0,9%. Em 2023, desacelerou a 0,4%, no primeiro semestre, e a 0,2% no segundo.

"O crescimento da economia vai levantar (ainda mais) preocupações sobre a **inflação** no BC" William Jackson Capital Economics

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Seremos um dia um país desenvolvido?

ALEXANDRE CALAIS, EDITOR DE ECONOMIA

A economia brasileira conseguiu dar uma acelerada no primeiro trimestre. O número veio mais ou menos dentro da previsão dos analistas, e corrobora as projeções feitas para o crescimento do ano - as estimativas atuais apontam para algo como 2,1% ou 2,2%. Mas esse é um bom número para um país como o Brasil? Tudo depende muito do ponto de vista.

O governo, por exemplo, provavelmente vai comemorar.

Crescimento além de 2% em 2024 seria muito acima do que o mercado financeiro apontava lá atrás. No boletim Focus, do BC, de um ano atrás (02/06/2023), a expectativa era de que este ano terminasse com crescimento de 1,28%. Nessa ótica, é claramente um avanço.

O problema é que mesmo esse nível de crescimento seria completamente insuficiente para levar o Brasil a um outro patamar. Uma estimativa feita a pedido do Estadão pela equipe de economistas do C6 Bank traz um dado que pode ser revelador da nossa situação.

Na lista de 41 países considerados "desenvolvidos" pelo FMI, o mais "pobre" seria a Grécia. O **PIB** per capita grego em 2022, nesse ranking, era de US\$ 37,2 mil. O do Brasil, no mesmo ano, era de US\$ 18,8 mil. Para atingir o mesmo nível do **PIB** per capita grego de 2022, o Brasil precisaria crescer 2,3%, em termos reais, durante 30 anos ininterruptos.

Talvez falte ao Brasil um pacto de país, um plano de desenvolvimento e crescimento que extrapole os governos de plantão. Os diagnósticos até estão dados, mas as soluções são as mais díspares possíveis, não têm continuidade e não apontam para caminho nenhum.

Os números do **PIB** mostram, no fim das contas, um pedaço pequeno dos nossos desafios.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Plano de saúde individual pode aumentar até 6,91%

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou ontem o índice máximo de 6,91% para o reajuste anual dos planos de saúde individuais e familiares no país. O teto é válido para o período de maio de 2024 a abril de 2025 e deve ser aplicado pelas operadoras na data de aniversário dos contratos - ou seja, no mês da contratação dos serviços. O reajuste não envolve os planos de saúde coletivos, sejam eles empresariais ou por adesão (contratados por meio de sindicatos e associações). Essas modalidades respondem pela maior parte do mercado.

Conforme a ANS, as operadoras podem aplicar um reajuste inferior a 6,91% nos planos individuais e familiares, mas são proibidas de implementar um aumento acima desse patamar. O aumento anunciado é inferior ao de 2023. No ano passado, a ANS autorizou teto de 9,63% para essas modalidades; Segundo a série histórica, o ano de 2022 teve o maior reajuste, com 15,5% - que veio após mudança negativa (-8,19%), pela primeira vez na série, em 2021.

O teto de 6,91%, aprovado na segunda-feira, atinge os planos individuais e familiares regulamentados (contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei 9.656/98). A mudança atingirá 8,7 milhões de usuários, o que representa 17,2% dos 51,1 milhões de consumidores de planos de assistência médica no Brasil.

Para o advogado e especialista em sistemas de saúde Elano Figueiredo, embora o índice definido pela ANS para 2024 reflita a variação das despesas assistenciais ocorridas em 2023 em comparação com as despesas assistenciais de 2022, qualquer tipo de reajuste será difícil para o governo explicar. "Do ponto de vista do consumidor, nenhum tipo de aumento é bom. Já para as operadoras, diante do aumento das despesas assistenciais, qualquer reajuste estabelecido será tido como insuficiente", afirma. ANS aprova, anualmente, o limite para os planos individuais e familiares. Já o percentual de revisão dos coletivos é determinado a partir das negociações das próprias operadoras.

O reajuste de 6,91% nos planos individuais e familiares passou pela aprovação da diretoria colegiada da ANS e, segundo a agência, também já recebeu o aval do Ministério da Fazenda. A decisão será publicada no "Diário Oficial da União". Para

chegar ao percentual de 2023, a ANS utilizou a metodologia de cálculo que vem sendo aplicada desde 2019. O reajuste combina o Índice de Valor das Despesas Assistenciais (IVDA) com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), descontado o item plano de saúde. O IPCA, divulgado pelo IBGE, é considerado o indicador oficial de **inflação** do país. O IVDA, por sua vez, reflete avariação das despesas com atendimento aos beneficiários de planos de saúde. Na fórmula do teto de reajuste dos planos individuais, esse componente tem peso de 80%, e o IPCA, de 20%.

pressão

No momento em que a população brasileira envelhece, segundo dados do IBGE, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) enfrenta o crescimento de reclamações relacionadas à quebra de contratos das operadoras de saúde. O Brasil possui mais de 51 milhões de beneficiários de planos de assistência médica e 673 operadoras ativas. Criada em 2000 para regular o setor dos planos de saúde, a ANS registrou na ferramenta interna chamada Notificação de Intermediação Preliminar (NIP) 8.455 reclamações sobre suspensão e rescisão contratuais de janeiro a abril deste ano, uma média de 2.113 reclamações por mês. As NIPs são enviadas automaticamente às operadoras responsáveis, que têm até cinco dias úteis para responder.

As reclamações sobre rescisões unilaterais de planos coletivos por adesão tiveram alta de 99% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2023. Foram 1.138 contra 571. No fim de maio, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou um acordo com operadoras para suspender cancelamentos unilaterais de planos de saúde. O acordo foi verbal. É atribuição da ANS a criação de normas, o controle e a fiscalização do mercado de planos de saúde. Modelos de contratação e novos procedimentos e tecnologias que surgem no setor precisam passar pelo crivo da agência.

Ex-diretores e empresários do setor afirmam que entre os desafios da ANS estão a judicialização do mercado da saúde e o encarecimento do custo médio dos planos devido a incorporação de tecnologia nos atendimentos. As operadoras também apontam tanto o envelhecimento da população, que aumenta a procura

por planos, quanto a manutenção dos beneficiários com faixa etária dos jovens, que nos últimos anos aumentaram a demanda por terapias.

ENVELHECIMENTO

Dados do Censo 2022 divulgados pelo IBGE mostram que indicadores de envelhecimento da população brasileira aceleraram em nível recorde, e pessoas de 65 anos ou mais já representam 10,9% do total de habitantes do país (22,2 milhões de brasileiros). "O envelhecimento é um desafio porque as demandas por tratamento só aumentam com a idade, mas o crescimento da população mais velha é esperado. A gente consegue até calcular como vai estar nossa população em 2040. Mas a faixa de 0 a 18 anos não se sustenta hoje. Esse é desafio. A regra de preço dela está errada", afirma Marcos Novais, diretor-executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge). As famílias brasileiras gastaram R\$ 318 bilhões com serviços de saúde privados em 2021, segundo o IBGE. As despesas dos brasileiros com saúde em 2021 representaram 5,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Planos de saúde individuais terão reajuste de até 6,91%

LETICIA LOPES E LUCIANA CASEMIRO

Os planos de saúde individuais ou familiares terão reajuste de até 6,91% neste ano, decidiu ontem a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O índice, próximo às estimativas de 7%, será válido de 1º de maio deste ano a 30 de abril de 2025, aplicado na data de aniversário do contrato.

O reajuste anunciado pela agência ficou abaixo do registrado nos últimos anos. Em 2023, a alta foi de 9,63%. Em 2020, durante a pandemia, o setor teve redução de preços.

Ainda assim, a alta supera a **inflação** média da economia. Nos últimos 12 meses, o IPCA, índice usado nas metas de **inflação** do governo, ficou em 3,69%. A ANS considera no cálculo do índice a variação de custos médico-hospitalares nos últimos 12 meses e o IPCA, mas descontado da **inflação** o subitem plano de saúde.

O índice definido pela agência se aplica aos planos individuais, que têm 8,79 milhões de usuários no país ou 17% do total de brasileiros cobertos pela saúde privada. Mas acaba servindo de parâmetro também para o reajuste dos planos coletivos, tanto os empresariais como os por adesão.

AUMENTO DOS COLETIVOS

A estimativa é que, neste ano, os planos coletivos empresariais ou por adesão tenham reajuste de dois dígitos, segundo levantamento da XP.

A rescisão unilateral de contrato pelas operadoras tem crescido nos coletivos por adesão. Em maio, as operadoras fecharam acordo com Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, para suspender essa prática em situações específicas, enquanto tramita no Congresso projeto para alterar a Lei dos Planos de Saúde.

Alexandre Fioranelli, diretor de Normas e Habilitação dos Produtos da agência, disse ao blog da colunista do GLOBO Míriam Leitão que a agência estuda mudanças nas regras para o reajuste dos planos coletivos. Mas não há, contou ele, intenção de equiparar a regulação à dos individuais.

O aumento anual dos individuais é aplicado na data de aniversário de cada contrato, sendo retroativo a maio. Caso o consumidor mude de faixa etária no período do reajuste, é possível que tenha dois aumentos num mesmo ano.

Para o advogado Rafael Robba, do escritório Vilhena Silva, o índice é próxima da realidade de custos do setor, conforme dados das operadoras: -O grande problema é que esse índice é aplicado a uma parcela muito pequena dos contratos, pois a maior parte dos consumidores está vinculado a planos coletivos. É esse tipo que recebe os maiores índices, aplicados ao bel prazer das empresas.

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fena-Saúde), que representa parte das operadoras, afirmou em nota que o novo índice de reajuste "reflete esforços de gestão das empresas do setor", mas em muitos casos está "aquém da variação real das despesas assistenciais de parte das operadoras". E que em 2023 as empresas reforçaram medidas como as de controle de custos, redução de desperdício e combate a fraudes. Isso, disse, ajudou a atenuar, mas não eliminou o desequilíbrio financeiro.

COMO FUNCIONA A CORREÇÃO

Qual o aumento em 2024?

O índice máximo de reajuste fixado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ficou em 6,91%, bem acima da **inflação** dos últimos 12 meses, de 3,69%. Vale para 8,79 milhões de usuários com planos individuais ou familiares, que têm o reajuste controlado pela ANS.

Quando será aplicado?

O aumento será aplicado na data de aniversário do contrato.

Haverá cobrança retroativa?

Para os contratos que fazem aniversário em maio e junho, a ANS autorizou a cobrança retroativa relativa a esses meses. Isso porque o índice de 6,91% tem como data de referência de 1º de maio deste ano a 30 de abril de 2025. Assim, o consumidor já recebeu os boletos de maio e junho sem alteração de valor. No de

julho, ou, no máximo, no de agosto, a mensalidade virá reajustada e com a cobrança retroativa.

Como fica a mensalidade?

Considerando um beneficiário cujo contrato faz aniversário em maio, se a mensalidade é de R\$ 1 mil, no boleto de julho virá a cobrança de R\$ 1.069,10 (mensalidade reajustada) mais R\$ 69,10 (retroativo a maio). Em agosto, virá a mensalidade e o retroativo a junho. A partir de agosto, o usuário receberá apenas a cobrança da mensalidade já reajustada.

O plano pode aumentar mais de uma vez em 2024?

Sim. caso haja mudança de faixa etária durante o período. Para planos contratados antes de 1999, a faixa depende do estabelecido em contrato. Para os assinados entre dezembro de 2003 e janeiro de 2004, há sete faixas. Enquanto os contratos feitos a partir de janeiro de 2004 trazem dez. com o último aumento aos 59 anos de idade.

E os planos empresariais?

Levantamento feito pela XP mostra que os planos coletivos, empresariais e por adesão, devem ter reajuste de dois dígitos pelo terceiro ano seguido. O patamar varia de plano para plano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após 2 recuos, PIB per capita volta a ganhar força

Lucianne Carneiro

Com impulso dado pelo consumo das famílias, o Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita avançou 0,7% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, pelas contas da pesquisadora sênior de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro Ibre, Silvia Matos. A conta considera a alta de 0,8% do **PIB** no período, ou 0,78%, descontada do crescimento da população, e estima o **PIB** per capita em R\$ 53.580.

O movimento do **PIB** per capita no primeiro trimestre representa retomada ao campo positivo, após recuos de 0,05% no terceiro trimestre e 0,16% no quarto trimestre. O cálculo já considera o aumento da população pelo Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de aumento de 0,45% por ano ou 0,11% no trimestre. Pela projeção anterior do IBGE, o ritmo de crescimento da população era maior: 0,68% por ano ou 0,17% no trimestre. Para Matos, a velocidade real de aumento da população deve estar em algum ponto entre as duas estimativas.

Sua projeção é de que o **PIB** per capita encerre o ano de 2024 com alta de 1,56%, pelo novo ritmo de expansão da população, diante de projeção do FGV Ibre de expansão de 2% do **PIB**. Em 2023, houve alta de 2,44%, o que permitiu que se retomasse o patamar de 2013, pico da série histórica da pesquisa.

As taxas de 2023 e a prevista para 2024 são superiores à média anual entre 2013 e 2023, de 0,2%, período chamado de "década perdida" pela economista, mas ainda abaixo do que seria necessário na atual transição demográfica.

Com expansão populacional a ritmo cada vez menor, envelhecimento e impacto na população em idade de trabalhar, Matos defende que o crescimento da economia precisa acelerar para país alcançar **PIB** per capita de país desenvolvido. O indicador de **PIB** per capita relaciona a riqueza do país com o tamanho da população e é considerada uma medida de bem-estar. Funciona, principalmente, para comparar a situação dos países.

"A gente deveria estar crescendo em ritmo maior e mais sustentado, até pela transição demográfica.

Envelhecer sem ficar rico é ruim. O país não investiu tanto em educação quanto deveria e investe pouco, principalmente, em pesquisa e desenvolvimento. Apesar de melhoria, ainda falta capital humano em áreas estratégicas", diz.

A preocupação é compartilhada pelo professor do Insper e da FEA-USP Naercio Menezes Filho, que tratou do tema em artigo no Valor. Mesmo com a ajuda de população jovem, o **PIB** per capita pouco cresceu nas últimas décadas. Com a transição demográfica, a taxa de pessoas que trabalham vai cair no futuro, fazendo com que o **PIB** per capita dependa cada vez mais da produtividade, reforça ele.

Para o economista, há dois caminhos para acelerar o crescimento da produtividade e, assim, do **PIB** per capita: melhoria da qualidade da educação e abertura da economia, para estimular concorrência e inovação.

"Temos que melhorar o aprendizado, implementando um pacote de mudanças na gestão das escolas", diz Menezes, que inclui medidas como ensino em tempo integral, foco na alfabetização, avaliações constantes de aprendizado, feedback para professores sobre a qualidade da aula, reforço escolar para alunos com mais dificuldades e investimentos na primeira-infância. "Isso requer creche e pré-escola de qualidade, atenção básica na saúde, saneamento básico e manter o Bolsa Família", completa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1§ion=1>

ANS limita reajuste em 6,91% para plano individual

Beth Koike

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) determinou um reajuste de até 6,91 % para planos de saúde individual, contratados a partir de 1999 e que totalizam cerca de 8 milhões de usuários. Esse é o menor percentual desde 2010 (desconsiderando o reajuste de 2021 que foi negativo em 8,19%), mas ainda assim está muito acima do IPCA do ano passado, que ficou em 4,62%.

Esse aumento de preço é específico para o convênio médico individual, mas serve de referência para as outras modalidades de planos de saúde, cuja negociação entre operadoras e clientes é livre. "O índice definido para 2024 reflete a variação das despesas assistenciais ocorridas em 2023", disse Paulo Rebello, presidente da ANS.

Para a Fenasaúde, entidade do setor, o índice anunciado ontem não cobre os custos médicos e defende que os reajustes sejam aplicados de forma diferenciada conforme a praça e o modelo de atuação da operadora. "As operadoras verticalizadas têm um custo menor quando comparado às seguradoras que trabalham com rede credenciada, além disso, há uma enorme diferença de custo por região no Brasil", disse Vera Valente, diretora executivo da Fenasaúde. Segundo Valente, no ano passado, as operadoras e a ANS iniciaram conversas sobre essa possibilidade, mas não houve avanços até o momento.

Já o advogado Rafael Robba, sócio do Vilhena Silva Advogados, escritório especializado em direito à saúde, considerou o percentual adequado. "A notícia é um alívio para os consumidores vinculados a esses contratos, embora esse índice esteja acima da **inflação** oficial. No entanto, ele se mostra mais equilibrado e próximo da realidade dos custos do setor, conforme dados fornecidos pelas próprias operadoras de saúde à ANS", disse.

O advogado pondera que o grande problema que a maior parte dos consumidores está vinculada a planos coletivos, empresariais ou por adesão. "É justamente esse tipo de plano de saúde que recebe os maiores e mais assustadores índices", complementou.

Entre as operadoras, a Hapvida é a que tem o maior volume de planos individuais, com 1 milhão de

usuários, o equivalente a 25% de sua carteira total. Na NotreDame Intermédica, que pertence ao grupo, esse percentual é de apenas 7%.

A Prevent Sênior, por sua vez, possui cerca de 576 mil clientes, sendo que 94% deles são dessa modalidade de convênio médico cujo reajuste é controlado pela ANS. Entre as Unimed, as cooperativas médicas de Belém e Goiânia têm cerca de 50% de suas carteiras com assistência médica adquirida por pessoa física.

Segundo o Citi, o percentual de 6,9% é modesto diante da taxa de sinistralidade que ainda se mantém alta e "principalmente porque pode representar um crescimento médio anual, nos últimos cinco anos, de cerca de 5,5%, o que, em nossa opinião, pode continuar a alimentar discussões em andamento sobre alguma potencial flexibilização na regulação de preços do individual", informa o banco.

Os analistas do Citi também destacam que Amil, Bradesco Saúde e SulAmérica têm tíquete médio mais alto em seus planos individuais, porém são os produtos com a pior margem de rentabilidade. A exceção é a Hapvida, com sinistralidade abaixo da média de seu portfólio, provavelmente auxiliada por nova oxigenação de vendas e estrutura verticalizada.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187894?page=1§ion=1>

Dólar encosta em R\$ 5,30 em ambiente de aversão a risco

Arthur Cagliari e Victor Rezende De São Paulo
(Colaboraram Gabriel Roca e Augusto Decker)

Em um contexto que já contempla uma piora na percepção de risco doméstico, o ambiente de dólar forte no mundo não deu trégua ao câmbio local. O dólar encostou em R\$ 5,30 e saltou ao maior nível desde 23 de março de 2023, em um cenário de aumento da desconfiança dos participantes do mercado com o desempenho do real e, de forma mais ampla, com os ativos financeiros brasileiros. A bolsa amarga o quinto mês seguido de saques de recursos de investidores estrangeiros, que acumula saldo negativo de R\$ 36 bilhões no ano.

O dólar encerrou a sessão de ontem negociado a R\$ 5,2850, em alta de 0,98% no mercado à vista. No ano, a moeda americana tem valorização de 8,91% e o real é, de longe, a moeda com o pior desempenho em 2024 entre as mais líquidas.

O estresse observado na sessão de ontem não foi exclusividade do mercado local. Já no início do dia, as pressões exercidas pelas commodities, com queda dos preços do minério de ferro e do petróleo, afetaram em cheio o real. O movimento se intensificou ao longo da sessão entre as moedas emergentes, diante de uma piora na percepção de risco relacionada aos ativos emergentes.

As eleições no México intensificaram o mau humor dos agentes com os ativos de países emergentes, assim como o processo eleitoral na Índia e na África do Sul. Nesse sentido, toda a classe de mercados emergentes foi afetada desde o início da semana, em um movimento que tem se traduzido em dólar forte nessas economias.

Aliado a esse ambiente já bastante negativo para os emergentes, a possibilidade de uma desaceleração mais acentuada da economia global tem emergido nas últimas semanas, após uma sequência de indicadores econômicos dos Estados Unidos e da China decepcionar e ficar abaixo do esperado pelo consenso de mercado. Não por acaso, os preços das commodities têm perdido força e moedas vistas como porto seguro, como o iene japonês e o franco suíço, têm se valorizado.

Nesse sentido, Rodrigo Cabraitz, trader de câmbio da

Principal Claritas, observa que a dinâmica de queda do dólar no mundo, que foi observada em maio, foi quebrada neste início de semana, com a possibilidade de que uma recessão econômica ocorra nos Estados Unidos. O principal alerta veio do índice de atividade industrial americano do ISM, que contrariou as expectativas e recuou em maio, indicando um nível ainda mais contracionista da atividade manufatureira no país.

"Começamos a semana com dados da indústria americana mais fracos que o esperado e também com os preços do petróleo, do minério de ferro e do cobre com uma performance negativa bem forte", observa Cabraitz. "Ainda é cedo para dizer se é uma mudança de tendência ou se é algo pontual. O fato é que essa perspectiva acabou prejudicando no começo desta semana principalmente as moedas ligadas a commodities e com "beta" mais alto [que costumam ser mais voláteis], como o dólar australiano, o real e as coroas norueguesa e sueca." No caso específico do México, o forte fluxo de saída de capital do país após as eleições foi tão grande que gerou contágio e afetou o real. Havia no mercado quem apontasse para a chance de esse processo dar algum apoio à moeda brasileira, o que não aconteceu e nem deve acontecer, na visão de um profissional da tesouraria de um grande banco local.

"Parte da recente deterioração do peso mexicano, após os resultados das eleições presidenciais, advém da visão de que o banco central mexicano pode ser mais "dovish" [suave] ou o que governo poderia ter uma má postura fiscal, o que está parcialmente acontecendo na margem", diz. Nesse sentido, para ele, a história do México "será igual" à brasileira.

A desconfiança em torno da condução futura da política monetária no Brasil cresceu após a divisão dos diretores do Banco Central no Copom de maio, o que agravou a percepção de risco local nas últimas semanas. As taxas futuras rondam as máximas do ano e ontem voltaram a fechar em alta diante da desvalorização cambial. A taxa do DI para janeiro de 2027 subiu de 11,12% para 11,215%, apesar do alívio nos Treasuries.

Não é por acaso que, em carta referente a maio, os gestores da Ibiuna Investimentos revelam ter posições vendidas em real, ou seja, uma aposta na

desvalorização da moeda brasileira. "A perspectiva de ventos externos menos favoráveis pega o Brasil em posição de crescente fragilidade em seus fundamentos", dizem os profissionais da gestora, que é comandada pelos ex-diretores do Banco Central Mario Torós e Rodrigo Azevedo.

"O arcabouço havia sido enfraquecido como âncora fiscal pela mudança, em abril, das metas de superávit primário para 2025 e 2026, o que reduzira a já baixa confiança de investidores de que a trajetória da dívida pública brasileira será estabilizada no futuro próximo. Em maio, também a âncora monetária passou a ser questionada diante da postura mais flexível dos indicados pelo governo Lula na última reunião do Copom", afirmam os profissionais da gestora.

Na visão da Ibiuna, a reprecificação na trajetória futura da Selic, gerada pela piora do câmbio e das expectativas de **inflação**, se junta à perspectiva de menos cortes globais de juros e aumenta "significativamente" a probabilidade de que o ciclo de redução da Selic tenha terminado com a taxa em 10,5%. "Essa situação provavelmente exacerbará o ruído em torno da condução da política econômica no futuro próximo, o que nos deixa bastante cautelosos com o posicionamento em ativos do país." Com os juros futuros próximos das máximas do ano e um cenário externo que mostra desafios crescentes, também a bolsa brasileira tem sido afetada. Entre janeiro e maio, o investidor estrangeiro retirou R\$ 35,89 bilhões da B3, o que intensificou o fluxo financeiro de saída neste ano - um dos fatores que pesam sobre a dinâmica do câmbio.

O movimento de maior cautela tanto no câmbio quanto no mercado de juros também foi adotado pelos estrategistas Andréa Kiguel e Erick Martinez, do Barclays. Para eles, o mercado de juros deve permanecer volátil e os investidores podem exigir ainda mais prêmios de risco na curva, enquanto o real deve continuar a apresentar um desempenho mais fraco em relação aos pares emergentes.

"O ruído local dominou, superando os benefícios de contas externas mais construtivas", dizem os estrategistas do banco britânico. Eles avaliam que o "carry", obtido pelo diferencial de juros, deve se tornar mais atrativo em termos relativos, diante de uma possível pausa no ciclo de cortes na Selic, mas ressaltam que a moeda brasileira precisa de prêmios mais elevados para compensar os riscos locais, como a divisão do BC e a deterioração das condições fiscais.

"Isso não significa que o dólar não irá cair contra o real. Isso depende mais das condições externas. Embora o real possa facilmente apresentar um

desempenho inferior em tempos de tensão local, raramente se dissocia do ambiente global em termos de direção", observam Kiguel e Martinez. Para eles, as moedas de mercados emergentes podem encontrar apoio, caso os dados dos EUA fiquem mais fracos e se as commodities se mantiverem com preços elevados.

Em estudo divulgado ontem, porém, os economistas do Itaú Uni-banco dizem ver espaço para que a moeda americana se valorize adicionalmente ao redor do globo até o fim deste ano. Até dezembro, a estimativa é de uma potencial apreciação adicional do dólar "multilateral" perto de 1,5%. E, como há uma alta correlação entre o câmbio local e o dólar multilateral, o Itaú passou a projetar que a moeda americana encerrará o ano em R\$ 5,15, e não mais em R\$ 5,00.

"Perspectiva [de economia global fraca] prejudicou as moedas ligadas a commodities, como o real" Rodrigo Cabraitz

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187894?>

Brasil volta a ser a 8º maior economia

Brasil ultrapassou a Itália e se tornou a 8a maior economia do mundo, segundo estimativas da Austin Rating, agência classificadora de risco de crédito, com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Depois da divulgação do o IBGE de que o País teve crescimento de 0,8% no 1o trimestre em relação ao anterior, o Brasil somou US\$ 2,331 trilhões em Produto Interno Bruto (**PIB**), valor levemente superior ao do país europeu (US\$ 2,328 trilhões), que no mesmo período avançou 0,3%.

A alta dos investimentos e do consumo das famílias puxaram o crescimento pelo lado da demanda. Pelo lado da oferta, o crescimento do setor de serviços - que responde por pouco menos de 70% do **PIB** - e a agropecuária impulsionaram a atividade econômica nos três primeiros meses de 2024.

Os dados foram divulgados pelo economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini. O Brasil havia terminado 2023 como a 9a maior economia do mundo.

A maior economia do mundo é a dos Estados Unidos, com US\$ 28,78 trilhões de produção. China e Alemanha completam o top 3, com US\$ 18,53 trilhões e US\$ 4,59 trilhões, respectivamente.

O Brasil ainda está atrás do Japão (US\$ 4,11 trilhões), Índia (US\$ 3,94 trilhões), Reino Unido (US\$ 3,5 trilhões) e França (US\$ 3,13 trilhões).

O **PIB** do Brasil teve o 17º maior crescimento no 1o trimestre de 2024 em relação ao anterior no mundo. O ranking da Austin Rating é feito com base nas taxas de 53 países. A maior taxa trimestral foi de Israel, que tem se recuperado da guerra. O **PIB** do país encolheu 19,4% no 4o trimestre de 2023.

O **PIB** avançou no primeiro trimestre desse ano puxado por maior consumo das famílias e serviços. E outra boa notícia é que, segundo a previsão do FMI, o Brasil subirá mais uma posição chegando a 8o **PIB** mundial", comemorou Lula em publicação no X (antigo Tsvitter).

O levantamento é realizado desde 1995 e o Brasil esteve entre as dez maiores economias do mundo em 20 desses anos. O melhor desempenho foi em 2011, quando chegou a ser a 6a maior economia do mundo. Já a pior foi em 2003, quando chegou a ser a 14a

colocada.

Dólar fecha no maior nível em 15 meses 0 dólar à vista exibiu um movimento forte de apreciação nesta terça-feira e consolidou a tendência dos últimos dias. ao se aproximar do nível simbólico de R\$ 5,30.

A alta da moeda americana foi generalizada na sessão e teve como suporte a desvalorização dos preços das commodities; a desconfiança com ativos de risco e a piora na percepção sobre o cenário local.

No fim dos negócios no mercado à vista, o dólar anotou alta de 0,98%, cotado a R\$ 5,2850. no maior nível de fechamento desde 23 de março de 2023. Na mínima do dia. chegou a ser negociado a R\$ 5,2496, enquanto na máxima, a R\$ 5,2961.

OS NÚMEROS

14º lugar

pior colocação do Brasil, em 2003

20 vezes

o Brasil esteve no Top-10

Economia do País cresce 2,5% no primeiro trimestre, aponta IBGE

RIQUEZAS

A economia brasileira cresceu 2,5% no primeiro trimestre do ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação ao último trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país) apre

sentou alta de 0,8%.

No acumulado de 12 meses, o crescimento da economia do país soma 2,5%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (4), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em valores correntes, o **PIB** chega a R\$ 2,7 trilhões.

Em um recorte setorial, a indústria e os serviços cresceram 2,8% e 3% respectivamente, na comparação com o mesmo período do ano passado. Já a agropecuária foi o único setor que registrou queda, de 3%.

O crescimento da indústria foi influenciado pelas indústrias extrativas (5,9%), o melhor resultado influenciadas pela alta tanto da extração de petróleo e gás.

Site: <http://dezminutos.online/assinaturas>